

BOLETIM

nº 58 / OUTUBRO 2018



ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Instituição de Utilidade Pública

Cidadania e Defesa



Sumário



3 - Editorial

Um sistema fraturado: que nova ordem mundial ? - 4



7 - A NATO no pós Bruxelas 2018: nem um furacão nem uma leve brisa

O (novo) regulamento geral sobre a proteção de dados (RGPD) - 10



13 - A revolução digital contra a história

A economia como base da sustentabilidade da floresta portuguesa - 20



23 - Uma escola transversal dos agentes de proteção civil

Quarta revolução industrial: o papel da geoeconomia - 27



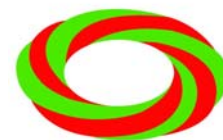
29 - A janela prospetiva (I)

A janela prospetiva (II) - 30



33 - Opinião/ entrevista

Biografia dos autores - 35



ASSOCIAÇÃO DE
AUDITORES DOS CURSOS
DE DEFESA NACIONAL

Cidadania e Defesa

Boletim N° 58/ Outubro de 2018

© Copyright AACDN 2018
Depósito Legal n° 260726/07

Diretor
João Franco *CDN 96*

Editor
Mónica Rodrigues *CDN 02*

Design da Capa
Isa Silva

Produção
MGI (Portugal), Lda. / DPS

Administração, Redação
Rua Soeiro Pereira Gomes, n° 7,
2° andar, Fracção 31,
1600-196 Lisboa
Telef: 21 241 87 21

E-mail: geral@aacdn.pt

Tiragem: 600 exemplares

EDITORIAL

João Franco, *Presidente da Direcção*

Este número do nosso Boletim constitui o início de um processo de modernização determinado pela preocupação de um visual diferente e pela necessidade de redução de custos. As sugestões de melhoria que nos sejam apresentadas serão, portanto, muito bem vindas.

Dado que a distribuição será quase no final do ano, estranho seria se dele não constasse uma descrição sumária do que neste período foi feito.

Assim:

- Apresentação de cumprimentos e reuniões de trabalho com os Senhores Ministro da Defesa Nacional, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Chefe do Estado-Maior da Armada, Chefe do Estado-Maior do Exército, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Comandante do Instituto Universitário Militar e Comandante da Academia Militar;
- Presença no acto de posse do Director do Instituto Hidrográfico;
- Presença em Seminário sobre prestação do serviço militar, na Assembleia da República;
- Participação no júri de seleção dos candidatos ao próximo Curso de Defesa Nacional;
- Organização de jantar-debate sobre a “reindustrialização, indústria 4.0 e política industrial para o séc. XXI, tendo como orador o Senhor Engenheiro Mira Amaral;
- Visitas à Universidade de Coimbra, à Escola Nacional de Bombeiros e ao Palácio de S. Bento/Assembleia da República;
- Convívio de associados no lanche de Ano Novo;
- Viagem: embora não organizada pela Associação, foi dada a oportunidade aos nossos associados de se inscreverem numa viagem rara, de qualidade, que teve lugar em Setembro passado;
- Realização de Assembleia Geral para aprovação das contas de 2017 e do Plano de Actividades e Orçamento para 2018;
- Foi totalmente reformulado o site da Associação que está reconhecidamente bom e foi também substituído o endereço electrónico;
- Publicado número do Boletim Cidadania e Defesa no início do 1º. Semestre;
- Difundidas 12 Folhas Informativas e diversas outras comunicações;
- Encontram-se concluídos os trabalhos de revisão dos Estatutos a submeter a próxima Assembleia Geral;
- A publicação da história da Associação está também a ser preparada;
- Sede definitiva: acordada a cedência de instalações dignas, adequadas e com custos comportáveis; está em curso o processo de formalização;
- Congresso/Encontro Nacional: previsto para Janeiro de 2019, aguarda-se confirmação da disponibilidade do Senhor Presidente da República, para presidir à sessão de abertura.

Dito isto, cabe aos associados valorar.

UM SISTEMA FRATURADO: QUE NOVA ORDEM MUNDIAL?

António Almeida Tomé, *Cor.Tir Pil-Av, Professor Catedrático*

A área científica das Relações Internacionais-RI tem por objetivo perspetivar uma visão global dos fenómenos políticos e suas manifestações que ocorrem num ambiente mundial globalizado, por forma a torná-los inteligíveis e decifráveis.

Quanto à sua finalidade, as RI procedem maioritariamente à análise da política mundial envolvente a todos os Estados e suas políticas externas de diversificadas facetas, procurando compreender e interpretar no espaço e no tempo uma dada conjuntura, os respetivos jogos de Poder, as causas de permanente competição e a razão lógica das suas ambições e projeções geoestratégicas, ao exercerem o seu “peso” nas grandes decisões internacionais que vão moldando a marcha da História e das civilizações.

Mas a sua função multidisciplinar de adaptação às vertiginosas transformações geopolíticas e geoestratégicas em curso tem obrigado ao aprofundamento da interpretação das tradicionais Doutrinas, por vezes transcendendo os correspondentes Paradigmas que as lideram.

Considere-se a conjuntura. Nestes primórdios do século XXI, tem-se verificado uma acelerada transformação do Sistema Mundial em que predominam três acontecimentos principais, todos eles altamente desestabilizadores para o Mundo Ocidental e geradores de Crises que inevitavelmente se irão repercutir por todo o Sistema e exercer imprevisíveis efeitos nas RI: a problemática do Brexit com a saída da Grã-Bretanha da União-UE; o designado “efeito Trump” e o seu impacto na Ordem mundial em mudança e nas parcerias estratégicas dos EUA; e a diminuição da anterior confiança dos Países do Extremo Oriente no parceiro americano face à pressão conjunta da China e da Rússia na Região e que se refletirão na Europa. Acresce a

inesperada e estranha parceria Trump-Putin que tem contribuído para a fragmentação da parceria Europa-América e o seu enfraquecimento!

Entretanto assiste-se a um reforço da aproximação entre a Rússia e a China, duas Potências ideológicas e ditatoriais de matriz hegemónica, com o aumento da sua influência em Regiões de crescente relevância geoestratégica, posicional e enquanto fontes de matérias primas, assim concretizando o manifesto comunista de Estaline e o seu objetivo expansionista: fraturar as relações Europa-África e destarte cercear definitivamente qualquer reaproximação entre os velhos países do norte e os novos a sul. Resultante do processo de descolonização fomentado e controlado pelo Kremlin, a maioria dos governos africanos caiu sob a alçada marxista-leninista, seguindo a linha ideológica imposta e controlada pela anterior URSS e pela “nova” Rússia, mas agora em associação com a China.

Da análise das transformações em curso confirma-se que os acontecimentos que se verificam no presente são diferentes em natureza daqueles ocorridos no passado, devido à vertiginosa alteração da Ordem Mundial vigente resultante, não tanto de uma brusca alteração do Sistema Mundial em si mas mais por ocorrer uma alteração voluntária do próprio sistema interno da Superpotência dominante!

Em consequência da interdependência característica da Globalização, exercem a sua ação transformadora no Sistema as Tecnologias da Informação e das Comunicações -TIC, onde a par dos Estados se afirmam as economias e as finanças mundiais suas condutoras. Esta interação à escala macro entre os Atores nacionais e os atores ditos secundários, projeta repercussões na Soberania do Estado-Nação em áreas cruciais da Estratégia, da Segurança e da

Defesa, exigindo prévio e amplo conhecimento dos eventos históricos e dos sistemas diplomáticos atuais e futuros.

Acrescem os incontroláveis fluxos migratórios, os ataques ao meio ambiental e a tripla Ameaça transnacional do Terrorismo, do Narcotráfico e do Crime organizado, a quem interessa a desestabilização no interior dos Estados e os “vazios de poder” criados em áreas estratégicas internacionais.

Quanto à Organização supranacional ONU: como sempre, assume uma posição imobilista geobloqueante, onde as cinco maiores Potências apenas cuidam das suas áreas de influência quanto a medidas de intervenção; mas tendem a ignorar essas medidas em áreas onde milhões morrem de fome e por exaustão.

Deste enquadramento referente ao atual Sistema Mundial Unipolar globalizado, sucedâneo do anterior Sistema Bipolar que vigorou durante o período da Guerra Fria, comprova-se que a conjuntura mundial se alterou drasticamente, nomeadamente com a criação de um novo xadrez político internacional, resultante da atual Administração americana e do aumento da insegurança, situação que se vem repercutindo em todos os continentes.

Anteriormente a este novo ambiente internacional, a posterior integração na atual União Europeia dos Estados do centro e do leste europeu “em fuga” da implacável subjugação e opressão imposta pela anterior União Soviética - URSS veio acrescentar uma nova problemática quanto a uma utópica Integração Europeia nos campos das Políticas Externas e das de Segurança, nomeadamente porque aquele *catalisador* que então unia a Europa democrática contra a *Ameaça de Leste* parece ter desaparecido. Mas a realidade atual demonstra que essa Ameaça se mantém latente; apenas mudou de forma e de natureza, passando a atuar agora mais sub-repticiamente através do emprego camuflado de *estratégias indiretas* de características multifacetadas ou difusas. Comprovam-no as implacáveis políticas seguidas por Putin e as suas

declarações mais recentes e esclarecedoras quanto às verdadeiras intenções do novo Czar, confirmadas pelas suas declarações e invertendo o sentido da Ameaça: *a Guerra Fria continua, mas agora por outros meios!*

Confirmam esta asserção a guerra cibernética desencadeada por Moscovo contra a Estónia que paralisou durante um mês todos os setores vitais do País; e as mais recentes guerras que envolveram a invasão e ações de conquista de territórios de Países soberanos levadas a efeito por forças militares russas, como a invasão da Geórgia que culminou com a anexação das províncias da Abkhazia e da Ossétia do Sul e a sua intervenção militar na Ucrânia, com a anexação das regiões ucranianas da Crimeia, de Lugansk e de Donetsk. Acresce a sua última intervenção militar em larga escala na tenebrosa guerra da Síria, onde atuou diretamente com Forças de Terra, Mar e Ar, não se coibindo de utilizar armas químicas e de ter recrutado a Guarda Revolucionária Iraniana e dois Movimentos terroristas; o Hezbollah do Líbano e o Hamas da Faixa de Gaza. Tudo sob a paralisação complacente do Ocidente, que se limitou a tímidos protestos diplomáticos.

No que concerne à União Europeia -UE dita democrática e a agravar a Insegurança crescente com que se debate nomeadamente com a deriva turca para a órbita do Kremlin, constata-se que a esta Ameaça renovada acresce uma outra Ameaça proveniente de Sul e de Sudeste, sob a forma das Migrações em massa provocadas pelas convulsões políticas, étnicas e tribais endémicas do continente africano, do Médio Oriente e de regiões tão distantes como o Afeganistão e o Paquistão com as suas áreas Tribais, verdadeiros viveiros de talibans! A desordem generalizou-se, conseqüente da criação de *espaços vazios* de Poder de que se aproveitaram certos Estados radicais que Moscovo controla e grupos criminosos internacionais para criarem mais um problema à Europa, através do aumento e do fomento das fissuras da União face às diversas visões dos Estados membros quanto à resolução deste problema.

Quanto África mediterrânica, a instabilidade permanente afeta sob múltiplas facetas os países europeus do Sul devido às revoluções endémicas que ali ocorrem, ao explodir da "bomba" da desintegração demográfica, às migrações descontroladas ou provocadas de forma deliberada e aos atentados bombistas dos radicais islâmicos infiltrados, cujas 2ª e 3ª gerações os qualifica como cidadãos europeus! O que tem levado alguns Estados como a Itália a adotarem medidas extremas para a sua contenção.

Esta Fronteira Sul de Insegurança concretiza uma Ameaça real à Europa porque a desune e fragmenta; e porque o problema tenderá a agravar-se se alguns destes países mediterrânicos, onde se confrontam várias fações políticas, militares e mercenárias, conseguirem acesso a armas de destruição massiva, a partir de parcerias com Estados párias ou envolventes à Al'Qaeda atuando no Sahara.

Ainda e resultante das indecisões e das flutuações políticas dos parceiros europeus da UE quanto à Segurança comum, nomeadamente no que concerne ao empenhamento destes para com a NATO que é sustentada quase em 40% pelos Estados Unidos-EUA, acresce outra grave problemática: a transferência dos objetivos geopolíticos e geoestratégicos mais prioritários destes para a sua frente asiática da Bacia do

Pacífico, face à expansão chinesa sobre a região e que prossegue com a ocupação das ilhas e rochedos de todo o Mar da China, onde prosseguem com o seu exercício de Poder sobre uma vasta região marítima e aérea que passaram a dominar, cerceando a liberdade de circulação neste espaço vital.

Toda esta postura estratégica se agravou com a Administração Trump, alimentada pelo impacto negativo exercido pelas endémicas divergências europeias quanto às questões de Segurança, na Europa e no Mundo.

Atualmente, a UE encontra-se num estado entorpecente de apatia geral pelas causas da Segurança e da Defesa comum europeia, resultante da continuada redução dos respetivos orçamentos militares que sustentam estas suas duas áreas vitais, num contexto em que *a Guerra* parece de novo se ter tornado numa realidade histórica envolvente à Europa, como a continuação da Ameaça russa sobre a Ucrânia e a Síria.

Os partidos europeus e os seus militantes continuam a querer ignorar que a Segurança tem de ser concebida e entendida como um conceito europeu multinacional e multidimensional. Implica uma liderança clarividente, forte e coesa, que demonstre que *a Segurança é de todos* e não apenas de alguns.

Bibliografia

- Busan, Barry and Richard Little, (2000) "International Systems in World History. Remaking the Study of International Relations", Oxford, Oxford University Press.
- Clemens, Walter C., (1998) "Dynamics of International Relations, Conflict and Mutual Gain in na Age of Global Interdependency", N.Y., Maryland, Littlefield Publishers.
- Kennedy, Paul, (2002) "Global Trends and Global Governance", N.Y., Sterling, Pluto Press.
- Moreira, Adriano, (2007) "A Comunidade Internacional em Mudança", 3ª Edição, Coimbra, Almedina.

A NATO NO PÓS BRUXELAS 2018: NEM UM FURACÃO NEM UMA LEVE BRISA

Nuno Lemos Pires, *Academia Militar*

Nem foi um furacão nem uma leve brisa passageira. A cimeira da NATO em Julho de 2018 provocou imensos debates e análises mas há que: ler o que foi decidido e entender o que foi dito. Não são a mesma coisa. No final reforçou-se um caminho anunciado nos meses anteriores, reforçou-se a defesa, a coesão, a necessidade de uma crescente autonomia estratégica europeia e clarificaram-se muitas posições. Nem foi um furacão vindo do norte da América nem chegou à Europa uma simples brisa passageira.

O que foi dito soçobrou sobre o que foi decidido. As imagens e os encontros EUA-NATO-REINO UNIDO-RÚSSIA dominaram as perceções. Certo. Podemos e devemos ler os sinais das tendências da grande política mundial através do que se diz, se mostra e se insinua.

Destaco algumas análises excelentes como a de Diana Soller (2018) que afirma que os EUA precisam mais da Rússia do que da Europa para contrariar o poder crescente da China, de Javier Solana (2018) que salienta a importância reforçada da Aliança face a comportamentos isolados de alguns e principais membros, de Miguel Monjardino (2018) que nos obriga a (re)olhar para a importância da geopolítica atlântica ou de Carl Bildt (2018) que coloca a hipótese do fim da própria NATO porque, embora as capacidades aumentem, o processo de decisão político-estratégico deteriora-se.

A política global está em evolução, daí a percepção de “furacão” mas, e este é o meu argumento, não é na NATO que a geopolítica dos interesses globais está a assistir a uma mudança: também pela passa pela NATO, como por todos os grandes “fora” internacionais. Vem detrás, atravessa este espaço e continuará o seu caminho disruptivo. Afeta a NATO, mais do que uma simples

brisa, mas não a destrói nem a empurra para caminhos que os países, todos, não desejam. A forte “brisa” ajudou a centrar os interesses europeus e, com ou sem a NATO, a Europa irá ganhar força no seu espaço próprio, projetar segurança na sua vizinhança e assumir responsabilidades regionais.

Vamos ao que interessa que, “preto no branco”, é o que foi verdadeiramente assumido. Foi importante, relevante e bastante mais significativo do que em cimeiras anteriores. A NATO, os 29 países que a compõem, onde todos têm direitos e deveres iguais, incluindo o direito de veto, decidiu (NATO, 2018):

1. Que está firme e reforçada na sua capacidade de dissuasão, incluindo a nuclear, na defesa da integridade territorial de todos os Estados Membros e mais articulada no combate ao terrorismo;
2. Que todos os países vão tentar atingir os 2% do PIB até 2024;
3. Que aprovou um aumento significativo no número, postura e prontidão das suas forças, numa postura de defesa 360°, para lá da anterior (quase exclusiva) ênfase a leste mas, e por força dos países do sul da Europa, com uma preocupação acrescida a sul. Entre outras medidas destacam-se as forças em elevada prontidão 30/30/30/30 (que significa, ter 30 batalhões de manobra, 30 navios e 30 esquadras de aviões de combate prontos a entrar em menos de 30 dias em qualquer cenário necessário, desde as operações humanitárias às de alta intensidade);
4. Prolongamento por vários anos, do reforço de capacidades e inequívoco

- apoio aos governos locais, nas missões no Iraque e no Afeganistão;
5. Um nova e reforçada arquitetura das estruturas de comando da Aliança que permitem agilizar movimentos terrestres na Europa e controlar as rotas marítimas do Atlântico.

Há mais, e verdadeiramente relevantes, decisões pelo que vos convido a ler a declaração completa mas, em síntese, o que os 29 países disseram (importa lembrar que nunca nenhum país abandonou a Aliança) foi que querem reforçar o seu cometimento com a defesa coletiva tanto em meios humanos, como financeiros, logísticos, equipamentos, em unidades constituídas, em grau de prontidão, disponibilidade e empenhamento nas missões em curso e em novas que sejam necessárias. Isto são os factos. Foi assinado, por todos.

Sem tirar mérito às interpretações e aos avisos, uma coisa parece evidente, as divisões entre aliados clarificaram-se e a voz coletiva foi tanto de maior aprofundamento como, e fundamentalmente, de maior responsabilidade regional. Importa a todos que os Europeus cuidem mais da Europa e da sua fronteira sul. A segurança atlântica reforçou-se e, a importância das iniciativas da União Europeia, no âmbito da PESCO, saem robustecidas. A UE precisa de ter capacidade de produzir, garantir e projetar segurança. Um dos efeitos desta “brisa” é exatamente este, na UE ou na NATO, a Europa sabe que tem de garantir a sua autonomia estratégica, para seu bem e para bem dos seus aliados do outro lado do Atlântico. Os norte americanos beneficiam porque lhes aumenta (multiplica) a sua força, a Europa também.

Bibliografia

- Allied Command Transformation [ACT- NATO], 2017. Strategic Foresight Analysis. [Online] Available at: http://www.act.nato.int/images/stories/media/doclibrary/171004_sfa_2017_report_hr.pdf [Acedido em 3 Janeiro 2018].
- Bildt, C., 2018. The End of NATO?, Project-syndicate. [Online] Available at: <https://www.project-syndicate.org/bigpicture/our-kind-of-traitor> [Acedido em 23 Julho 2018].
- Monjardino, M., 2018. Um novo contrato euro-atlântico?, Expresso. [Online] Available at: http://expresso.sapo.pt/opiniao/opiniao_miguel_monjardino/2018-07-06-Um-novo-contrato-euro-atlantico-#gs.iU6qeRg [Acedido em 8 Julho 2018].

Os últimos anos, em especial depois da Cimeira de Gales de 2014, o caminho tem sido este. O do reforço, a *NATO Response Force* passou de 13.000 efetivos para uns significativos 40.000, operacionalizaram-se as *Very High Readiness Joint Task Forces* e vai-se evoluir na perspetiva 30/30/30/30. Finalmente, além do reforço no combate ao terrorismo, a NATO assume-se tanto na defesa a leste (*Multinational Enhanced Forward Presence*), onde estão forças preposicionadas e em treino permanente, como aposta muito mais fortemente na estabilidade e segurança do sul.

Não foi um ato isolado, foi o concluir de um processo de aprofundamento e a confirmação de um cometimento mais assertivo. Foi um concluir porque os dois documentos estruturantes da NATO, publicados no final de 2017 e abril de 2018, respetivamente o *Strategic Foresight Analysis* (2017) e o *Framework for Future Allied Operations* (2018), assumidos por todos os países da NATO, já antecipavam um ambiente internacional mais instável, muito mais perigoso para os próximos anos. Foi uma confirmação das crescentes responsabilidades regionais de todos, através do assumir de respostas abrangentes, multi-domínio, interagência, mais robustas, mais ousadas e perfeitamente articuladas entre todos os Estados-Membros.

A cimeira de Bruxelas, em Julho de 2018, confirmou divisões e entendimentos mas, “preto no branco”, reforçou a responsabilidade global e regional, tanto europeia como norte americana, e alertou para a necessidade de se respeitar e cumprir a vontade de todos, os 29, que são prova da enorme resiliência da mais antiga aliança defensiva mundial.

NATO, 2018. Brussels Summit Declaration. [Online] Available at: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_156624.htm [Acedido em 18 Julho 2018].

NATO, 2018. Framework for Future Alliance Operations. [Online] Available at: http://www.act.nato.int/images/stories/media/doclibrary/180514_ffao18.pdf [Acedido em 21 Abril 2018].

Solana, J., 2018. What Trump Gets Wrong About EU Defense, Project-syndicate. [Online] Available at: <https://www.project-syndicate.org/bigpicture/our-kind-of-traitor> [Acedido em 23 Julho 2018].

Soller, D., 2018. A NATO, a Rússia e o fim de uma era /premium, Observador. [Online] Available at: <https://observador.pt/opiniao/a-nato-a-russia-e-o-fim-de-uma-era/> [Acedido em 17 Julho 2018].



Imagem: Conferência de Imprensa no final da Cimeira de Bruxelas (NATO, 2018)



Imagem: Decisão de alargar e reforçar o empenhamento da NATO no Iraque e no Afeganistão (NATO, 2018)

O (NOVO) REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD): UMA (NOVA) CULTURA DE CIDADANIA DIGITAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E PRIVACIDADE 2.0.

João Ferreira Pinto, *Advogado*

A caminho da construção do maior mercado da “economia digital” (TASPCOTT, 1995¹) da “Aldeia Global”, o Mercado Único Digital (“*Digital Single Market*”) - com cerca de 500 milhões de “*netcitizens*” - a União Europeia dá largos passos na “Agenda Digital para a Europa” no âmbito da estratégia “Europa 2020” para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Para concretizar este objetivo Digital, numa economia mundial cada vez mais competitiva, a União Europeia (UE) arquitetou um “*Masterplan*” ambicioso, que passa pela abolição das fronteiras internas, dos obstáculos administrativos, tecnológicos e legais e da falta de qualificações digitais dos cidadãos europeus, que ainda entorpecem as chamadas “quatro liberdades” do “Mercado Interno”: a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Ao Mercado Interno, com a acelerada transformação digital, junta-se a chamada “quinta liberdade”: a liberdade de circulação digital (o Mercado Único Digital). A “pedra de toque” da “economia digital” reside na segurança da informação e na confiança “*online*” dos *netcitizens* (confiança na segurança das redes e comunicações, nos meios de pagamento “*online*”, na defesa do consumidor, na proteção de dados e respeito pela privacidade, etc.). Assim, do ponto de vista legal, estamos a assistir neste momento (especial) à criação de leis europeias “únicas” em matérias cruciais, como

sejam, a cibersegurança, a proteção de dados pessoais, a privacidade, o transporte aéreo de passageiros (“*Passenger Name Record*”- PNR), o comércio eletrónico, a fiscalidade online, a defesa do consumidor, os meios de pagamento, os segredos de negócio, propriedade intelectual online, marketing digital, etc..

Para os Estados-membros da União Europeia (Administrações Públicas incluídas), empresas, organizações e cidadãos europeus trata-se de uma oportunidade competitiva única, nem sempre devidamente percecionada.

Estão reunidas condições para criar uma verdadeira cultura de cidadania digital de proteção de dados pessoais e de privacidade 2.0. A “Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia”, assinada em 2009 no Mosteiro dos Jerónimos (Tratado de Lisboa) consagra - com força jurídica vinculativa – o Direito à Proteção de Dados Pessoais e o Direito à Privacidade, ambos como Direitos Humanos na UE.

Relativamente à proteção de dados pessoais, em 2016 é finalmente aprovado o Regulamento Geral (UE) sobre a Proteção de Dados (RGPD)².

O (novo) RGPD está em vigor desde 2016 e é aplicável desde 25 de Maio de 2018, ao tratamento (automatizado ou não) de dados pessoais na UE, independentemente da natureza (pública ou privada) do responsável pelo tratamento.

¹ Taspcott, Don, “The Digital Economy: Promise and Peril in the Age of Networked Intelligence – October 1, 1995, McGraw-Hill

² Regulamento (UE) 2016/679, de 27 de Abril, publicado no JOUE L119, de 4 de Maio de 2016.

Em toda a UE as empresas, as organizações, as Administrações Públicas e os cidadãos europeus passam a dispor de um mesmo instrumento legal único de defesa do “direito à proteção de dados pessoais”.

As empresas, as organizações e as Administrações Públicas possuem um papel determinante na informação, consciencialização (“*awareness*”) e formação, não só dos seus próprios colaboradores, associados, parceiros e fornecedores, mas também dos titulares dos dados pessoais no que diz respeito aos direitos e deveres (legais) em matéria de proteção de dados pessoais.

A nova disciplina legal do RGPD caracteriza-se em dois grandes traços: por um lado a auto-responsabilização do “responsável pelo tratamento” e, por outro, o reforço dos direitos do “titular dos dados pessoais” (o indivíduo, a pessoa singular identificada ou identificável).

A nova “filosofia” de autorresponsabilização do “responsável pelo tratamento” resulta da introdução de um inovador princípio de responsabilidade proactiva (“*Accountability*”), segundo o qual o responsável pelo tratamento tem, não só de cumprir, mas também de documentar e comprovar, a todo o tempo, o cumprimento das obrigações em matéria de proteção de dados pessoais (que não se resumem ao RGPD).

O que significa a criação de registos de atividades de tratamentos de dados pessoais e das “evidências” do cumprimento das várias disposições legais, que têm de estar permanentemente disponíveis e podem ser sujeitos (a todo o tempo) à inspeção e fiscalização da autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd).

Este registo substitui o anterior sistema geral de autorizações prévias da autoridade de controlo, que passa, assim, a ter um papel fiscalizador “*à posteriori*”.

No que diz respeito à segurança dos dados pessoais - segurança da informação - o RGPD introduz o conceito de “risco” nas atividades de

tratamento dos dados pessoais, exigindo ao responsável pelo tratamento a adoção das medidas técnicas e organizativas que se revelarem adequadas aos tratamentos de dados sob sua responsabilidade. Isto é, decorre deste conceito legal “indeterminado” (“medidas adequadas”), a obrigação de o responsável pelo tratamento efetuar um juízo autocrítico sobre a adequação das medidas (técnicas e organizativas) de segurança para proteger adequadamente os dados pessoais que está a tratar.

Além disso, em determinados casos (de risco) é obrigatório realizar (e documentar) - antes de iniciar o tratamento dos dados - uma avaliação do impacto do risco do tratamento para os direitos e liberdades dos titulares dos dados (“*Data Protection Impact Assessments*” – DPIA).

Também, em caso de violação de segurança com risco para os titulares dos dados, passa a ser obrigatório informar a autoridade de controlo (CNPd), no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do conhecimento do incidente, e, nos casos de elevado risco, comunicar a quebra de segurança aos próprios titulares afetados (de forma clara, simples e transparente).

Outras das novidades do RGPD consiste na função (obrigatória nas entidades públicas) de Encarregado da Proteção de Dados (“*Data Protection Officer* - DPO”), ao qual cabe aconselhar e “monitorizar” o cumprimento das obrigações em matéria de proteção de dados pessoais por parte do responsável pelo tratamento.

Ao Encarregado da Proteção de Dados cabe também a importante função de servir de elo de ligação com a autoridade de controlo (com a qual deve “colaborar”), bem como, meio de comunicação entre o responsável pelo tratamento e os titulares dos dados.

No que diz respeito ao segundo dos traços principais da disciplina legal do RGPD, são reforçados os poderes do titular dos dados quanto ao uso e destino dos seus dados pessoais, conferindo-lhe não só novos direitos (como o “direito ao apagamento/esquecimento” ou o “direito à portabilidade”), mas, também, ampliando alguns dos direitos já existentes,

como o “direito de acesso”, “direito de oposição” ou “direito de retificação”.

O exercício destes direitos pressupõe, naturalmente, uma capacidade de resposta por parte das empresas, organizações e Administrações Públicas. Isto é, um processo/procedimento eficaz operacionalmente e que também registe (documento) todas as ações empreendidas para satisfazer as solicitações dos titulares dos dados (princípio da responsabilidade proativa).

O que significa que a par da formação dos colaboradores, parceiros e fornecedores e do (re)desenho dos processos/procedimentos, também os Sistemas de Informação (IT) das empresas, organizações e das Administrações Públicas têm de estar preparados para dar resposta a esta exigência legal.

Estes direitos (Fundamentais) têm o curto prazo de um mês para ser respeitados, que pode ser prorrogado até dois meses no caso de complexidade ou elevado número de pedidos.

O exercício destes direitos é levado muito a sério no RGPD, sendo o seu incumprimento sancionável com coimas até 20 000 000 (vinte MILHÕES) Euros ou 4% do volume de negócios mundial anual (o que for mais elevado). Note-se que os titulares dos dados estão cada vez mais conscientes destes seus direitos e, também, das obrigações legais do responsável pelo tratamento dos seus dados.

Um dos aspetos “críticos” do RGPD reside precisamente no “Direito/Dever” de

informação do titular dos dados. Isto é, no momento da recolha dos dados é obrigatório prestar várias informações ao titular, como por ex.: quais os direitos que lhe assistem e forma de os exercer; identidade e contactos do responsável pelo tratamento; a finalidade (expressa, legítima e inequívoca) para a qual os dados vão ser utilizados (em exclusivo); o prazo de conservação dos dados; eventuais transferências internacionais dos dados para fora da UE; autorização para ceder dados a terceiros; o direito de apresentar uma reclamação junto da entidade da autoridade de controlo; ou o direito de apresentar uma ação judicial contra a entidade de supervisão ou contra o responsável pelo tratamento.

Assim, o responsável pelo tratamento dos dados passa a ter o papel fundamental de informar (de forma clara, simples e acessível – Princípio da Transparência) o titular quanto aos seus direitos em matéria de proteção de dados pessoais.

Uma outra novidade, não negligenciável do RGPD, é a possibilidade de serem intentadas ações coletivas (“*class actions*”) por entidades de defesa de direitos coletivos (consumidores e outras) em nome e defesa dos direitos de proteção de dados pessoais dos seus representados.

As empresas, as organizações, as Administrações Públicas e cada um de nós enquanto titular dos dados têm um papel chave na criação de uma cultura de cidadania pública digital de proteção de dados pessoais e privacidade 2.0.

A REVOLUÇÃO DIGITAL CONTRA A HISTÓRIA

André Bandeira, *CDN 2002*

I – Introdução: a Ciência da História face à Revolução Digital

Diz-se que está a decorrer uma Revolução Digital. E que, em breve, a vontade geral será a de tudo digitalizar, e que o Historiador depressa se transformará num assalariado da Revolução digital. Esta Linguagem é exagerada.

Faz parte da própria tática duma sociedade, híbrida de Mercado e Revolução Permanente, ter uma terminologia imprecisa porque a Revolução é supra-racional. Será que tudo o que pode ser informação relevante, para o Historiador, pode ser digitalizado? Como não pode, a linguagem não consegue sintetizar. Estamos na época dos híbridos. Não se sintetizaram, permanecem em dialética, a Tese à volta da Antítese, e vice-versa, a serpente alquímica que morde a própria cauda. A Linguagem e o seu uso é apenas uma vertente da Comunicação humana, ou do Comportamento colectivo. Na História da Vida, estará associada a uma concentração exponencial de aglomerados humanos.

Esta imprecisão, começada com o próprio termo “Revolução”, no seu duplo sentido de retorno e avanço, permite a abertura de um caminho de duas saídas que se traduz afinal nas respostas de Mr. Humpty Dumpty em “Alice do Outro Lado do Espelho”³. As Palavras têm Poder, mas quem lhes dá o significado é que tem o Poder por trás do Poder.

Ser, e não ser, ao mesmo tempo, é uma questão do Poder de quem dita as Leis, mas o Poder soberano não consegue fazer algo ser e não-ser ao mesmo tempo. Com uma excepção: se usar um Tempo linear, pode fazer alternar o ser e o não-ser, e dum modo que ninguém entende se se encontra antes, ou depois.

Não admira, portanto, que, rapidamente, a “Revolução digital”, como as outras, tivesse sido usada pelas forças contrárias, as da Reacção, quando elas se puseram a falar no “atto puro”⁴, ou seja, no agir como Demiurgia, quando os actos deixaram de ter de se justificar, a não ser pela eficácia. Eles, os actos davam sentido às palavras, inventavam novas palavras, e deixaram de praticar um código.

A Epistemologia deixa sempre os seus vestígios, como todas as Metalinguagens das Ciências, em que um Discurso se sobrepuja a outro. A Epistemologia não é indiferente, nem neutral a esse Pecado original, que é o mesmo da Ciência. Resta uma técnica, um instrumento, ou uma prótese bem desenhada: a História tenta constituir um *feedback*, com base em processos sociais e culturais contínuos, e a Cibernética, ou Ciência da Computação – que gerou este “vestígio” deixado pela Epistemologia -- tenta usar o *feedback* que adquiriu, pondo-o ao serviço duma “ergonomia” tecnológica para o uso, por

³ When I use a word," Humpty Dumpty said in rather a scornful tone. "It means just what I choose it to mean - neither more or less." "The question is," said Alice, "whether you can make words mean so many different things." "The question is," said Humpty Dumpty, "which is to be master - that's all."

⁴ Vd. HÜBSCHER, Arthur, in Von Hegel zu Heidegger – Gestalten und Probleme, Reclam, Estugarda, 61: “ Er

musste sehen wie sein langjähriger Freund und Mitarbeiter Giovanni Gentile sich von ihm wandte und zum Staatsphilosophen des Faschismus wurde, zum Vertreter der dynamischen Lehre vom atto puro, der reinen, unebrochenen Tathandlung – das Schicksal der hegelschen Philosophie, ihr Zerfall in die rechte, zur Apotheos des Staates führende, und in die linke Schule hat sich im Fall Benedetto Croce's merkwürdig wiederholt (pp.134/135).

vezes frenético deste instrumento. Para isso, recorre a ideologias sensorialmente descontínuas ou aparentemente disruptoras. Nas longas definições de Ciência da Informação surgem “uso” e aplicação.

A abundância de sensações, entretanto, separa a sensação, do ser humano, pela intermitência.

Enquanto a Cibernética, ou Ciência da Computação, faz jus à sua primeira definição de “arte que assegura a eficácia da acção”⁵, aparece depois a Ciência da Infomação. Tudo parte duma força da Acção e da mitologia que lhe dá um

conceito, fundamentalmente a quebra do contínuo da Reflexão.

Em conclusão, existe uma preeminência do *efficere*, como se houvesse uma paralisia geral ante a falta de relação entre os meios à disposição e os objectivos que se cultivaram sozinhos, sem se moverem com aquela produção paulatina, intensa e diária, da Ciência, sobre a qual Imre Lakatos fez assentar a estrutura do Saber científico.

Ora a vontade de ser eficaz resulta frequentemente duma reflexão ineficaz.

II - Ciência do Conhecimento e afins

Não será errado dizer que a *Scientia* da Informação representou um daqueles momentos efusivos em que a indução e a dedução confluíram para o mesmo lugar, obscurecendo a fonte de onde provinham. E a positividade da nebulosa da informação foi tão brilhante que, tudo o resto, em volta, parecia um mar, sem forma. De ignorância.

Não só a Informação vive da viscosidade e concentração das partículas que se uniam, como da súbita obscuridade de tudo o que ficava para lá da convergência centrípeta de impressões, muitas vezes primárias, ainda mais primário se afigurava. Assim, como se a *Anschauung* kantiana tivesse uma prevalência evidente sobre a faculdade de julgar.

Por isso, a definição de Ciência de Informação, com pouco tempo para digerir tantos dados e tantas intuições, se mostrou igualmente tão prolixa e tão permeada de alusões;

Era assim, nos anos 60, a definição de BORKO, Harold, de Ciência da Informação (CI): ““a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam seus fluxos e os meios para processá-

la, de modo a obter altos graus de usabilidade e acessibilidade. Está preocupada com aquele campo de conhecimento relacionado à origem, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação. Isto inclui a investigação das representações informacionais em sistemas naturais e artificiais, o uso de códigos para transmissão eficiente de mensagens, e o estudo dos dispositivos e técnicas para processamento de informação, como os computadores e seus sistemas. É uma ciência interdisciplinar derivada de e relacionada a campos do conhecimento como matemática, lógica, linguística, psicologia, computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e outros similares. Contêm componentes tanto das ciências puras – na medida em que questiona os objetos de estudo sem uma relação necessária com suas aplicações – quanto das ciências aplicadas, na medida em que desenvolve produtos e serviços (1968, tradução nossa).”⁶

Depois de ler isto, parece logo que, para ter uma definição de Ciência de Informação, se tinha que

⁵ Vd. CAILLOIS, Roger (et alt.) O Robot, o Animal e o Homem – Encontros internacionais de Genebra, Europa-América (Trad. de Mário Braga), Lisboa, 1966, p. 241.

⁶ Vd. BORKO, Harold, in Information Science: What is it?, American Documentation. 1968.

ter também uma máquina para armazenar e processar tantos conceitos. O produto, impingido, vinha logo com um contrato perpétuo de pós-venda, assim como as atualizações do Windows 2016.

Um das primeiras ilusões criadas pelo aprisionamento secreto da Reflexão, é a de que se inaugurou um novo período de Liberdade e que cada um é livre de criar, ou iniciar o seu processo de Pensamento. Sem querer, não se apercebe que o seu encetar do processo de Pensamento, a sua criação, não passa de um *bit* recolhido pela programação discreta, ou secreta, mas sempre impositiva. A certa altura tudo parece “*déjà-vu*”, justamente porque a iniciação da criação foi colocada despotegida ao ar livre, como de uma simples “liberdade” se tratasse. Não admira, por isso, que a discussão livre das ágoras ocidentais, depressa derive para o futebol e as telenovelas, onde tenta recriar a sua verdadeira liberdade criativa.

A Informação pulveriza a *Sapientia* com uma nova *Ratio*, uma nova Proporção, com Realidades ilimitadas, em crescimento desproporcional ou transfinito. Quem não tinha ciência da Informação, não só passava por ignorante. O Sábio tornava-se um erro de Informação, uma curiosidade anómala. A Sapiência parecia um computador que não podia ser programado, nem converter nas linguagens dos novos programas.

Entretanto foram surgindo as primeiras subdivisões deste Discurso revolucionário-digital.

Ficou mais claro que a CI é uma ciência que se deve demarcar da Ciência da Computação, mais conectada com a aplicação dos algoritmos, bem como da Ciência cognitiva, a qual tem a ver com a aplicação concreta de sistemas, para o acesso, e

usabilidade tecnológica da Ciência da Informação. Por outro lado, esta, segundo Wersig⁷, distingue-se pela sua interdisciplinaridade e pela multiplicidade, ou mesmo desconhecimento, das suas origens.

Este desconhecimento, esta “*ataraxia*” fundadora é muito útil mas denuncia que Revoluções digitais já tivemos muitas na Civilização ocidental.

Verifica-se em Ciência quando há mudança de Paradigma (Thomas Kuhn), uma espécie de aplicação de táticas políticas, mimetizadas da tradição política ou auto-causativas, do Ocidente, que, como o pelicano, fere o próprio peito, para alimentar as crias famintas. Aceleraram-se as contradições, nomeadamente linguísticas, de modo a convidar à acção. Marx terá sido um dos expoentes desta tendência, ao dizer, no Manifesto do Partido Comunista, que acabara o Tempo dos filósofos interpretarem o Mundo: doravante, o que tinham a fazer era transformá-lo. Antes de Marx, nascido da cabeça de Hegel, Schopenhauer, filósofo romântico inimigo dum outro romântico, Hegel, dizia que isso era o contrário da Filosofia. Mas quem precisava realmente da Filosofia, numa época de enorme aceleração da população e dos dados!?

Precisamos de um Programa. Para já, esclareçamos a Linguagem que vamos usar.

Numa primeira abordagem se deveriam fazer as distinções entre Cibernética, Ciência da Informação e Ciência Cognitiva, o que tentaremos abaixo.

A Linguagem é apenas o aflorar de um conjunto de energias de efeito biossocial (o Pensamento tradicional chinês chamar-lhe-ia *Yi*) que não são auto-explicativas. Toda a tradição do estudo da Etologia Humana, de Lorenz a Eibl-Eibsfeldt, serve para provar o que estamos a dizer⁸.

⁷ Vd. WERSIG, G. (1993). Information science: the study of postmodern knowledge usage. Information Processing & Management, v. 29, n. 2, p. 229-239. Tb. Wersig, G. & Nevelling, U. (1975). The phenomena of interest to Information science. The Information Scientist, v. 9, n. 4, dec

⁸ Vd. LORENZ, Konrad in Die acht Todsünden der zivilisierten Menschheit, Piper, Munique, 1973, p.11.:”Ethologie kann als derjenige Wissenszweige definiert werden, der entstand, indem man die in allen anderen biologischen Disziplinen seit Charles Darwin selbstverständlichen und obligatorischen Fragestellungen und Methoden auch in der Erforschung des tierischen und

Em suma, procura-se no “fluido” da Linguagem, ou seja, na água, o ponto de apoio de Arquimedes, e que não pode estar no estado líquido. E então começa a Magia.

Por isso, a Linguagem se torna, primeiro, performativa (no sentido de Charles Sanders Peirce), depois viscosa, solene, vigiada e perigosa, como se houvesse uma consciência pesada que se vai acumulando em relação à euforia. E, finalmente, sem fazer uma catarse cultural disto tudo, torna-se Informática.

As figuras de estilo – como a Metáfora ou a Metonímia – funcionam como verdadeiras execuções de programas de Metadados, já quando não havia outro sistema computacional senão a Mente humana, sem o auxílio de grande máquina de calcular.

Quando a Crítica começa a criticar-se a si própria, a Linguagem cria uma verdadeira tempestade em que, aos excessos de Linguagem, se soma, em *swarming*, a sua própria auto-crítica.

E faz parte deste *swarming*, deste assédio industrial, com o fim de *to shock and awe* o inimigo eleito, ou os indiferentes (cuja sabedoria é, geralmente, muito menos exuberante em Linguagem, rapidamente desprezada) criar um cenário de amplitude cósmica, ou profundidade paleontológica e, conforme o holismo na moda, de globalidade vigiada pelos polícias verdes do Ecologismo.

Com este cenário, qualquer um deixa de se aperceber de interesses táticos ou estratégicos que são jogados rapidamente e prosseguidos no hiato revolucionário, na ordem revolucionária, em que se esquece a força multioperante do Costume, do Tempo regressivo e circular que não é auto-explicativo, nem constitui uma “Emergência” conforme os Algoritmos da

Ciência Cibernética ou da Computação anunciam profética e magicamente.

Seria altura para dizer que a emergência democrática das massas, na ágora gigante da Urbe global, se revolta contra si própria, contra a sua própria proletarização (desta vez operada pela sua união global) e só vê o mundo em dois movimentos: o momento das massas ignorantes, e o momento da massa senhora do Conhecimento. Os diferentes níveis de Sabedoria, de tradições e épocas que convivem e se entrelaçaram ao longo dos tempos, ou arranjam um lugar nas séries de dados, enfim, o Tempo não linera, só têm duas alternativas: ou “espirram os canivetes” e “mostram o sangue”, ou são esmagadas com aquela parte da existência humana da Ignorância.

De algum modo, este momento foi formulado por Ludwig Wittgenstein na parte final do *Tractatus Logico-Philosophicus*: “ Aquilo que não consegues expimir, cala”.

O que acontece é que existem táticas e estratégias arcaicas e biológicas muito anteriores à Linguagem ou floração de factos, que criam uma Factologia, uma Realidade hologramática, mesmo disfarçados de Dados e de Metadados, antes de se decidir uma Política Cultural. Ela prossegue a função defensiva e atacante da Linguagem, de modo a economizarem na agressão ou na predação puras (e isto já é um juízo moral, não apenas na Linguagem, mas também no “silêncio” – quer dizer, na neutralidade -- que preside a todas as teorias da decisão).

O programa de Alan Turing, de encontrar uma Linguagem formalizada universal pode não ter sido realizado. Mas, à falta de um grande desígnio universal, foram-se encontrando outros desígnios e, realmente, as máquinas passaram a

menschlichen Verhaltens anwandte. Dass dies erst so merkwürdig spat geschah, hat seine Gründe in der Geschichte des Verhaltensforschung, die wir im Abschnitt über Indoktrienierung noch streifen werden. Die Ethologie behandelt also das tierische wie das menschliche Verhalten als die Funktion eines Systems, das seine Existenz wie seine besondere Form einem historischen

Werdegang verdankt, der sich in der Stammgeschichte, in der Entwicklung des Individuums und, beim Menschen, in der Kulturgeschichte abgespielt hat. Die echt kausale Frage, warum ein bestimmtes System so und nicht anders beschaffen sei, kann seine legitime Antwort nur in der natürlichen Erklärung dieses Werdegangs finden”

pensar, com mais alcance que o Homem, pois muitas actividades até então consideradas pensantes, foram confiadas a máquinas muito mais eficazes.

Nesta “Revolução Digital” ninguém se conformou com a Teoria da indecibilidade de Kurt Gödel. Ela era tão indecível que ninguém aguentou uma espécie de “fogo preso”, ainda para mais, que nem se prendia a nada, senão ao Pensamento dum Matemático lacónico, rebelde às luzes da ribalta, e com uma obra incisiva, mas curta. Por seu turno, Turing foi muito mais popular e útil à Política Cultural.

Apesar disso, a fórmula ficou. GÖDEL seguia os intuicionistas pois dizia que não se podem descrever de um modo bem definido as proposições válidas dentro de uma sistema consistente⁹, sem referir circularmente os métodos utilizados. E, segundo os intuicionistas, pode ter-se uma noção comumente aceite, por exemplo, do que é um número natural, sem que a todo o momento se possa definir *a priori*, todos os casos em que a noção se aplica.

Ou seja, podemos dizer:

$\exists x A(x)$, qualquer x é válido no conjunto A
Sem dizer que:

$\forall x A(x)$, todos os valores correspondentes a x são válidos no conjunto A

Na verdade, Gödel foi responsável por duas negativas ao frenesim do pós-guerra, que encontrou em Alan Turing um símbolo.

Como GÖDEL pôs as coisas, não termina nunca a referência para completar de um modo definido todas as propriedades do sistema. Logo, pode dizer-se que a classe das demonstrações intuitivamente aceitáveis é uma classe

indefinidamente extensível – e isso é o que constitui a **Teoria do Contínuo**.

De um modo mais prosaico, na Teoria de um sistema de cálculo, GÖDEL significava que existem, dentro desse sistema, coisas falsas que podemos vir a demonstrar como verdadeiras, e coisas verdadeiras que podemos não conseguir provar como verdadeiras -- a isto se chamou **Indecibilidade**.

Com Gödel, a Verdade passou a ser incontável¹⁰, embora a necessidade que cada Época tem de criar a sua Verdade, promovesse contagens por todo o lado, oferecendo – em vez da Verdade – aproximações tão válidas ou mais válidas que a Verdade, esvaziada do seu conteúdo anímico.

Digamos que uma nova automação da Realidade, que se revelava, passou a substituir a Verdade, a qual deixou de ter um valor analítico.

Numa terminologia confluyente, em *Swarming*, façamos, então uma separação lexical, de termos: “Diferença entre Ciência da Informação (Em relação à Ciência da Computação, que trata dos algoritmos que transformam informações, a Ciência da Informação dela se diferencia porque trata da natureza mesma da informação e sua comunicação para uso pelos humanos. O que as relaciona é a aplicação dos computadores e da computação na recuperação da informação, assim como nos produtos, serviços redes associados. No que tange à Ciência Cognitiva, uma das ciências mais recentes, surgida na década de oitenta (1980), também interdisciplinar, e que tem como objetivo explicar como funciona a Mente, o computador desempenha um importante papel, tanto como ferramenta, quanto como fonte de modelagem e teste. Dentro dessa ciência desenvolvem-se os

⁹ “Sistema” tem várias definições. Aqui usamos a de sistema axiomático formal, conjunto de axiomas independentes e teoremas, dele dedutíveis, por operações de Lógica formal vd. NADEAU, Robert, in *Vocabulaire technique et analytique de l'Épistémologie*, PUF, Paris, 1999, p.663.

¹⁰ Como David Hume, o isomorfismo seria suficiente para valorar “Verdade”. Ou seja: uma boa analogia, uma boa imagem, ou uma boa quantificação, substituíam a

“Verdade”. Diz DUMMETT: “A definição de verdade, todavia, nem pressupõe, nem efectiva uma especificação completamente determinada da totalidade. Explica a quantificação sobre os números naturais por meio da quantificação sobre os numerais, que formam uma totalidade isomórfica com a totalidade dos números naturais” DUMMETT, Michael, (vd. LOURENÇO, Manuel, op.cit.) p.885.

conceitos de Inteligência Artificial. Essa Inteligência subdivide-se em Inteligência Artificial forte, na qual se estuda a parte teórica, e Inteligência Artificial fraca, que abrange

sistemas inteligentes que são muito utilizados em Ciência da Informação, e também hipertextos, bases de conhecimento, interfaces inteligentes, entre outros”¹¹.

III – Conclusão: a Revolução Digital não passa duma moda

Ora tudo isto se insere numa Mentalidade. Como se parte do pressuposto e que “Nenhum pesquisador sério hoje questionaria a Teoria da Evolução de Darwin ou a Teoria da Relatividade de Einstein”¹², é difícil pôr em causa o que assenta sobre um cientifismo religioso e mágico, mesmo que ele elogie o “relativo”. É como se os arquétipos mais violentos se mostrassem resilientes. Porém, um Químico, Ilya Prigogine, pôs em causa, racionalmente, a Teoria da Relatividade. Depois veio toda a Física quântica. E Darwin foi posto várias vezes em causa, a começar pelo neutralismo genético de Mooto Kimura. Nota-se o seguinte: é que se faz mais que uma invenção de dados. O que se assistiu foi a um reviver da Psicologia pavloviana aplicada à Indústria do Conhecimento.

“Na linguagem humana, significados não são somente dados por palavras isoladas, mas por combinações de palavras.”, como diria Vannevar Bush. A palavra estava ultrapassada na comunicação do Conhecimento e parece emergir um novo valor social, bem maior que o científico:

Com um valor DISCRETO (anti-gödeliano) o Documento parece ser a nova unidade de conta do Universo, como em tempo, o foi para os atomistas, a partícula. “Neste contexto, a Ciência da Informação interessa-se especialmente pelos processos de transferência de conhecimento

mediados por documentos, de modo a permitir sua apropriação social em larga escala, como é requerido pela sociedade atual.”¹³

Surgem, todavia, quase em desespero, tentativas de não confundir os êxitos tecnológicos, com a Ciência, nem as novas Ciências como a da Informação.

O Google não é Informação: “Esta ênfase operacional da Ciência da Informação em seus primórdios, se por um lado deixou lacunas e contribuiu para uma grande confusão conceitual da qual a Ciência da Informação se ressentiu até hoje, pelo lado econômico da assim chamada “indústria da informação”, se constituiu num sucesso, dando origem a um dos setores econômicos mais dinâmicos da sociedade atual. Esse forte setor econômico da “indústria da informação” contribuiu pelo seu peso social, pelas suas ligações com a mídia, pelos fortes interesses econômicos mobilizados, para cristalizar conceitos e terminologias para o fenómeno informação – num processo chamado por Freitas (2003) de “invenção da informação” - destituídos do necessário rigor requerido por uma disciplina científica”.

Depois surgem problemas de Filosofia da Ciência, nomeadamente o que são “dados” e o que é realmente conhecimento científico. E a Filosofia da Ciência parece indispensável, quando caminhamos ao contrário, numa escada

¹¹ Vd. ARRUDA, Maria Izabel in *Biblioteconomia e Ciência da Informação* (pp. 31/40), p. 35 in CASADO, Elias Sanz, BORGES, Maria Manuel, *Ciência da Informação Criadora de Conhecimento*, V. I, Coimbra, 2009, https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29968/1/actas_EDIBCIC2009_1.pdf

¹² Vd. MARCONDES, Carlos Henriques, in *Fundamentos evolutivos e culturais da Ciência da Informação* in in CASADO, Elias Sanz, BORGES, Maria Manuel, *Ciência da Informação Criadora de Conhecimento*, V. I, Coimbra, 2009, https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29968/1/actas_EDIBCIC2009_1.pdf (pp. 41/52), p. 43

¹³ Vd. MARCONDES, pp. 50/51.

rolante de dados. Parece haver um crescimento malthusiano, exponencial, não só em instrumentação, como em imaginação livre de Reflexão, pois as metáforas e outras figuras de estilo servem para nos acomodarmos – sem grande rupturas psicológicas e, conseqüentemente estamentais ou profissionais – a esta explosão de instrumentação, que um sociólogo canadiano chamou de “*ignorance explosion*”¹⁴. Num mundo de “bits” e bivalências, o que parece estar em causa é a inquietante e perene questão sobre o que é o Ser e Porque não o Nada, afinal uma fórmula retórica afirmativa, bivalente, de evitar uma implosão ou um comportamento auto-destrutivo.

Uma outra preocupação em preservar (patente também no Ecologismo político) é a de não destruir mais do que se destruiu, numa mudança de paradigma (conforme Thomas Kuhn o fez¹⁵) que pode ter sempre conseqüências destrutivas, não pelo seu conteúdo, mas pelo mistério não

revelado da própria mudança, ou da revolução científica (conforme Lakatos a definiu¹⁶).

Uma terceira preocupação é a do *mindscape*; quanto mais se olha uma coisa, um objecto, menos se apreende do Sujeito, o qual vai diminuindo em ondas de choque, pelo que quanto mais se procura a exactidão e o rigor, mais se reverbera em ricochete, ou *mindscape*, incorrendo no brocardo romano de Justiniano, *summum jus, summa injuria*. E logo se acaba por descurar aquilo que, no facto histórico do Passado, constitui um Presente muito mais difícil de apreender – por exigir um conhecimento muito mais vasto, nem sempre operável com Sabedoria – e a que chamaremos um Constante. Estamos perante uma concepção de Tempo, mais intensa, e que dispensa a tripartição “Passado/Presente/Futuro”: o Constante. E a Revolução digital encarrega-se de o impôr, sem o discutir.

¹⁴ LUKASIEWICZ, Julius, *The Ignorance Explosion – Understanding Industrial Civilization*, Carleton University Press, Ottawa, 1994.

¹⁵ KUHN, Thomas, in *Reflections on my critics* (Edit. Imre Lakatos e Alan Musgrave) *Criticism and the Growth of Knowledge: Volume 4: Proceedings of the International Colloquium on the Philosophy of Science*, London 1965, p.231 e segs. Cambridge University Press 1970, Digitalized 2000.

¹⁶ LAKATOS, Imre “Important criticism is always constructive. There is no refutation without better theory.Kuhn is wrong in thinking that scientific revolutions are sudden irrational changes in vision, The History of Science refutes both Popper and Kuhn” in *The Methodology of Scientific Research Programmes, Philosophical Papers, Volume, I* Cambridge University Press, 1999, p. 6

A ECONOMIA COMO BASE DA SUSTENTABILIDADE DA FLORESTA PORTUGUESA

Mariana Abrantes de Sousa, *Economista*

Os calamitosos incêndios rurais de 2017 em Portugal, que se repetem noutros países europeus e no resto do mundo obrigam-nos a refletir sobre a sustentabilidade de floresta que ocupa quase dois terços do território continental de Portugal e sobre o que é que temos que fazer para que tamanha desgraça não volte a acontecer.

Nesta reflexão podemos aplicar o conceito do *triple bottom line*, da sustentabilidade a três dimensões: “a sociocultural (as pessoas), a ambiental e ecológica, e a económica. Podemos considerar que os fatores ambientais e ecológicos, como a meteorologia, a geografia e a topografia, e até a botânica, estão praticamente fora do nosso controlo. Com as alterações climáticas, os fatores ecológicos são cada vez menos pacíficos, o que obriga as populações vulneráveis a tomar medidas de adaptação para evitar ou minimizar esses “riscos de contexto”. Os fatores sociais e culturais como a demografia, as tradições e as qualificações da população rural também podem ser vistos como “dados de contexto” da gestão agroflorestal, uma vez que são difíceis de alterar no curto prazo. Restam os fatores económicos como a rentabilidade das explorações agrícolas, os custos, os proveitos e os riscos inerentes à gestão florestal como elementos que talvez se possam controlar com políticas públicas e práticas privadas adequadas. Segundo um recente relatório (Beighley & Hyde 2018: 06) “todos os investigadores apontam para a mesma combinação de três fatores” que contribuem para o elevado risco de incêndios em Portugal:

1. A desertificação demográfica do interior com urbanização e emigração
2. Alteração do uso dos terrenos e abandono de áreas agrícolas e florestais (marginais)

3. Persistente fragmentação da estrutura fundiária (minifúndios) onde não compensa investir na gestão florestal ou no planeamento do combate aos fogos.

Olhando bem, todas estas três causas são fundamentalmente económicas, o que nos permite demonstrar que a sustentabilidade económica está na base da sustentabilidade em geral, e que se não assegurarmos a sustentabilidade económica de toda a atividade florestal, vamos correr cada vez mais riscos ecológicos e sociais.

Vejam o exemplo da “gestão de biomassa florestal”, o que antigamente se chamava “roçar o mato”, que depois se aplicava nos currais dos animais e que servia para fertilizar os campos. Esta prática representava um certo equilíbrio ecológico, mas não um equilíbrio económico, pois a rentabilidade era muito baixa. Havendo alternativas, como a emigração, isto deixou de compensar e os agricultores abandonaram a atividade e as terras, ou adotaram outras técnicas agrícolas. A biomassa deixou de ter utilidade económica, mas os ciclos de chuva e calor continuaram, com as chuvas de inverno a fazer crescer o “combustível” no verão, que agora acumula de ano para ano. Para já, as autoridades florestais vieram impor a obrigação de “limpar as matas” à beira das estradas, em redor das casas, por todo o lado. Mas esta não é uma solução sustentável, pois não devolve o valor comercial à biomassa, apenas acrescenta custos e sacrifícios aos pequenos proprietários mais vulneráveis, que já sofreram perdas patrimoniais com os incêndios e a desvalorização dos terrenos. As matas deixaram de ser um ativo, o mealheiro da família, e tornaram-se um passivo.

A sustentabilidade das florestas não é toda igual

A floresta é só uma e a sustentabilidade e a segurança não pode depender do regime de propriedade, seja estatal, grandes plantações comerciais, ou minifúndios de subsistência. Todas as opções de redução de risco de incêndio exigem que os proprietários florestais façam novos investimentos, o que implica uma gestão ativa e profissionalizada que se encontra apenas em 20% da floresta portuguesa (Beighly & Hyde 2018: 28).

No entanto o impacto dos riscos ecológicos e a capacidade de investimento varia bastante entre estes três segmentos de proprietários, de acordo com as suas capacidades e os recursos.

1. As florestas publicas têm um dono com bolsos fundos, mas ela representa o menor dos três segmentos, com apenas 3% da área florestada (35% de Portugal continental (Beighly & Hyde 2018:03), muito abaixo dos de 30% a 70% que se encontram noutros países. Não haverá falta de conhecimentos nem de recursos para assegurar a boa gestão da floresta publica,

ainda que este segmento inclui também os pequenos maninhos das aldeias.

2. O segundo segmento das grandes plantações florestais comerciais com gestão profissional parece sofrer menos com os riscos ecológicos. Em alguns casos, as explorações têm certificações de qualidade, planos de gestão de riscos, prevenção e vigilância contínua.
3. O terceiro segmento dos minifúndios, parcelas privadas inferiores a um hectare, é bastante mais vulnerável. Muitos destas matas são antigos terrenos agrícolas abandonados, cobertos de arbustos ou floresta desordenada, em encostas íngremes e rochosas. Não têm sustentabilidade económica, nem produzem rendimento que compense o investimento na boa gestão florestal. Muitos não são acessíveis, não tem caminho, não chega lá um autotanque. É neste segmento onde é mais urgente atuar para reduzir os riscos ecológicos, mas também onde é mais difícil e onde se enfrentam mais barreiras, sobretudo económicas, mas também sociais, culturais e jurídicas.

Tudo como dantes não é opção para a floresta nacional

Se não se conseguir melhorar as condições e reduzir os riscos de incêndio neste segmento de “minifúndios de subsistência”, a insegurança aumenta para todos nós. Por isso a primeira prioridade devia ser restaurar a sustentabilidade económica deste segmento, sem beliscar a sustentabilidade sociocultural nem criar conflitos e atritos, a fim de melhorar a sustentabilidade ecológica e ambiental.

Tendo concluído que os minifúndios são económica e ecologicamente insustentáveis, devemos contemplar medidas extraordinárias e urgentes, tais como :

1. Expropriação remunerada de terrenos para construção de acessos e aceiros sobretudo nas zonas de minifúndio de matas não

comerciais, com fundos públicos. Não se justifica que as faixas de gestão de combustível e os acessos sejam feitos em terrenos doados por proprietários carenciados, ou que já sofreram fortes perdas patrimoniais.

2. Lançar uma campanha de emparcelamento eficaz, com incentivos, apoios e até penalizações. A campanha de emparcelamento deve visar a mudança definitiva do título de propriedade, e não basear-se em soluções tímidas como a mera criação de associações ou cooperativas florestais pouco eficazes. Pouco feito nas mais de 180 ZIFs para alterar substancialmente a gestão florestal. Outras soluções como bolsas de terras, contratos de

comodato são igualmente pouco atrativas pois não libertam os proprietários dos encargos de uma forma definitiva.

Quando a maioria dos herdeiros emigram, não é o primo que fica que tem o dever de assumir as responsabilidades dos primos na diáspora na gestão das matas dos avós. Não há barreiras socioculturais ou jurídicas que justifiquem a persistência do rendilhado do parcelário que se ainda se vê em muitas freguesias do centro e do norte de Portugal, considerando os riscos que isso implica. Não é aceitável que vender uma propriedade herdada continue a ter mais estigma social do que abandoná-la às silvas. Nem é razoável que os proprietários idosos suportem os custos da manutenção florestal que nos beneficia a todos, um exemplo clássico de uma externalidade.

A campanha de emparcelamento podia ser dirigida pelas autarquias que conhecem a realidade local, ou por organismos do Ministério da Agricultura e Florestas ou do Ministério da Justiça, mas exige um nível empenho e determinação que não têm demonstrado.

Esta campanha não será barata, mas a alternativa de deixar matas ao abandono seria certamente mais cara, inclusive em termos de vidas humanas. Transacionar qualquer pequena

parcela custa facilmente 500 euros, em registos, documentos e emolumentos, um custo que deve ser subsidiado pelo erário público durante a campanha de 18-24 meses. Os preços de venda de muitas parcelas não chegam para pagar as viagens dos herdeiros para a escritura e almoço a seguir. Para muitos minifúndios improdutivos não haverá comprador privado, a qualquer preço. Essas parcelas terão que passar para esfera pública.

3. Reconhecer e remunerar serviços de ecossistemas vai ser obrigar a transferir recursos públicos para as zonas rurais e florestais com base em novas fórmulas de remuneração tal como está previsto na nova Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza.
4. Combate `a desertificação rural, fixando novos profissionais, incluindo os essenciais guardas florestais.

No final de contas, o desígnio nacional de conquistar a sustentabilidade económica da floresta portuguesa, sobretudo aquela detida em regime de minifúndio de subsistência, é uma verdadeira questão de segurança e defesa nacional.

Quem vai à luta ?



O tripé da sustentabilidade

Bibliografia

- Beighley & Hyde 2018 - Portugal Wildfire Management in a New Era: Assessing Fire Risks, Resources and Reforms February 2018, Mark Beighley & A. C. Hyde
 Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018
 Estratégia nacional de conservação da natureza e da biodiversidade 2030 - Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P. Dezembro de 2017
 ZIF Aldeia de Eiras - Antonio Louro Forum Florestal e Aflo Macao.pdf
 Parcialmente publicados em Blog PPP Lusofonia <http://ppplusofonia.blogspot.com/search/label/Floresta>

UMA ESCOLA TRANSVERSAL DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

José Ferreira, *Presidente da Escola Nacional de Bombeiros*

A ENB, associação privada de interesse público e sem fins lucrativos foi formalmente constituída em 1995, tem por missão em primeiro plano a formação humana, profissional e cultural dos bombeiros e demais agentes de proteção civil e é nos termos da lei a autoridade pedagógica do setor.

Os associados da ENB são a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), e no que concerne à ANPC é responsabilidade desta o assegurar a formação de bombeiros, devendo a ENB dar a resposta para as necessidades formativas detectadas, bem como dar as respostas necessárias às preocupações do sector, formuladas pela LBP, como sua legítima representante.

Naturalmente, entre as suas missões, outras áreas merecem particular destaque, nomeadamente o desenvolvimento de ações formativas de âmbito operacional e tecnológico em situações de emergência e a promoção da investigação aplicada.

Como qualquer organização, a ENB é veiculadora de valores e princípios, como a segurança, a lealdade, a cooperação, o dever e a coragem, tendo sempre presente a preocupação da qualidade dos serviços prestados, a qualificação permanente dos seus recursos humanos, contribuindo para uma formação de excelência e a busca da inovação científica, tecnológica.

No que concerne à formação de bombeiros, a ENB assegura a formação de ingresso, acesso na carreira, a formação de quadros de Comando e a formação de formadores, bem como a chamada formação de aperfeiçoamento técnico.

A formação é feita de forma descentralizada, através do recurso a metodologias de b-learning,

sendo que a formação de ingresso basicamente se desenvolve nos quartéis, a formação para bombeiros de 1ª desenvolve-se nas Unidades Locais de Formação existentes nos distritos, reservando-se os centros da ENB – Sintra, Lousã e S. João da Madeira - para a formação de chefes e Quadros de Comando, bem como para a formação de formadores.

Desde 2015, a ENB utiliza a simulação de realidade virtual, tendo construído um centro, com sistemas de imagem, som e salas de imersão, que permitem desenvolver exercícios a partir de ambientes disponíveis (sendo disponibilizados mais de 80, desde incêndios florestais, até descarrilamentos ferroviários ou acidentes com aeronaves), criando exercícios que permitem testar a capacidade de análise de problemas (*problem solving*), tomada de decisão, pensamento crítico, e o *after action review*, que permite aos formandos analisar as próprias decisões e discuti-las em detalhe.

Este centro vai dentro em breve ser equipado com mais duas cabines - uma com simulador de helicóptero permitindo treinar a articulação terra/ar e vice versa, indispensável na formação de operações aéreas e posteriormente, um outro para o treino da utilização de drones.

No que respeita especificamente a formação de incêndios florestais, a ENB acabou de desenvolver um curso de Planeamento e Antecipação de Incêndios Rurais, utilizando um simulador, Wildfire Analyst, que conjugando um conjunto de dados, desde a informação meteorológica, às condições orográficas, nos permite fazer cenários sobre as perspectivas de evolução do incêndio, e como tal, constituir um suporte importante no processo de planeamento e tomada de decisão.

Estipula a Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho (alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que republica o diploma), no artigo 46.º, que são agentes de proteção civil, de acordo com as suas atribuições próprias:

a) Os corpos de bombeiros; b) As forças de segurança; c) As Forças Armadas; d) Os órgãos da Autoridade Marítima Nacional; e) A Autoridade Nacional da Aviação Civil; f) O INEM, I. P., e demais entidades públicas prestadoras de cuidados de saúde; g) Os sapadores florestais.

Ora, de todos estes agentes, o mais importante é sem margem de dúvida, o agente Bombeiros, que igualmente realiza uma grande percentagem das missões atribuídas ao INEM (cerca de 70% da emergência pré-hospitalar é assegurada pelos bombeiros).

A esmagadora maioria dos bombeiros recebe as competências e formação na área do pré-hospitalar na ENB que, em conjugação com o INEM, desenvolve as metodologias e conteúdos a ser ministrados.

Na intervenção em ambiente aquático, a ENB forma nadadores-salvadores e condutores de embarcações de socorro. Estas competências derivam de protocolos de colaboração com a Autoridade Marítima Nacional e com a *Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos*.

Com as Forças Armadas, a ENB tem participado na formação de militares em várias vertentes, nomeadamente na formação de pelotões militares para os fogos rurais (em 2017, 64 pelotões do exército e marinha), definindo a sua formação e afectando elementos da FEB para a formação e respectiva certificação.

Colaboramos na formação de elementos OPSAS da Força Aérea (com quem mantemos um protocolo de colaboração).

A combinação de capacidades militares e civis é essencial para garantir respostas em situações de emergência.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado em 2013, admitia a constituição de

uma unidade civil-militar de ajuda de emergência. Tais capacidades poderão ser utilizadas em catástrofes e calamidades naturais, incêndios florestais, acidentes resultantes do erro humano, desastres ecológicos, alterações climáticas e pandemias.

Estas perspectivas encontram suporte nos novos documentos orientadores de cooperação civil e militar, numa *comprehensive approach*, constando das agendas da ONU, NATO e EU. Ora, tendo sido constituído o RAME, Regimento de Apoio Militar de Emergência, será importante no futuro próximo aprofundar a colaboração para a melhoria da formação dos elementos da FA e partilha de conhecimento, e aprofundar o relacionamento já existente, através de protocolo com o IESM, hoje, Instituto Universitário Militar.

Colaboramos desde a sua constituição na formação do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS) da GNR, cujos elementos frequentam com regularidade os nossos cursos.

Quer com a GNR, quer com a PSP, será desejável o aprofundamento da cooperação, porque e muito particularmente na sinistralidade rodoviária, os seus elementos chegam aos locais em primeiro lugar, e numa lógica de first responders, poderão em muito contribuir para o sucesso das intervenções.

Com a Autoridade Nacional de Aviação Civil, desenvolvemos dois cursos: Operadores de serviço básico de salvamento e luta contra incêndios, e Operadores de serviço de Brigadas de Aérodromos.

Quanto aos sapadores florestais, através de protocolo com o Instituto para a Conservação da Natureza e Florestas, asseguramos a formação do seu corpo de sapadores próprio, bem como, para muitas Associações de Produtores Florestais. Este ano de 2018 até ao momento receberam formação, mais de 600 sapadores florestais.

Por fim, a colaboração com a Escola da Polícia Judiciária, em que participamos na formação dos seus agentes no que concerne ao incêndio, e por sua vez, na sensibilização dos bombeiros nos cuidados a ter, em matéria da preservação de vestígios de prova.

Com as Regiões Autónomas mantemos protocolos de cooperação, na medida em que têm serviços regionais de

proteção civil, se bem que no caso da Madeira, o protocolo estabelece o mesmo, como Centro de Formação da ENB. Muito recentemente foram treinadas na região, com a supervisão da Escola, as equipas helitransportadas que vão começar a operar.

O artigo 48.º do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, define: 1 — O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) é o conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil e as entidades previstas nas alíneas a) a g) do n.º 1 do artigo 46.º -A atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional.

Na Lei Orgânica da ANPC, no seu art. 2, n.º3, al.e), estipula-se que é sua missão - “Assegurar a coordenação horizontal de todos os agentes de proteção civil e as demais estruturas e serviços públicos com intervenção ou responsabilidades de proteção e socorro.

A Lei de Bases da Proteção Civil (Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que republica o diploma Lei n.º 27/2006, de 3 de julho) estipula no seu artigo n.º 46-A - A Entidades com dever de cooperação 1 — Impende especial dever de cooperação sobre as seguintes entidades: a),b)h) Organizações de voluntariado de proteção civil.

2 — As organizações indicadas na alínea h) do número anterior são pessoas coletivas de direito privado, de base voluntária, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e cujos fins estatutários refiram o desenvolvimento de ações no domínio da proteção civil. 3 — As atribuições, âmbito, modo de reconhecimento e formas de cooperação das organizações indicadas no número anterior são fixadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da proteção civil.

Ora aqui está uma área, em que a ENB já produziu pensamento, porque à semelhança do que se passa no estrangeiro, este tipo de organizações tão importantes no socorro, deverão receber alguma formação de enquadramento das mesmas, nos dispositivos

criados e que devem respeitar o disposto no já referido art. 48.º do SIOPS

Será igualmente de integrar as entidades previstas na alínea h) já referida, assegurando o respectivo enquadramento, matéria que importa desenvolver.

Será também importante compreender-se que toda a estratégia da ENB resulta de um conjunto de trajetórias desenvolvidas muito pelo facto de ser uma entidade aberta e flexível, que lhe permite o desenvolvimento de parcerias, quer com estabelecimentos de ensino superior, quer com algumas congéneres europeias, em permanente transformação.

Em termos europeus, as nossas principais parcerias são, em Espanha, com a Escola de Emergências e Proteção Civil de Madrid, bem como como o Instituto de Segurança Pública da Catalunha; em França, com a École d'Application de Sécurité Civile (ECASC) e o ENSOSP (Ecole National Supérieur des Officiers Sapeurs Pompiers); no Reino Unido, com IFE (Institution of Fire Engineers, de que somos associados) e o Fire Service College; na Alemanha com a Berlin Fire Brigade e contactos privilegiados com a IFV (Instituut Fysieke Veiligheid), da Holanda, em Arnheim.

Integramos a EFSCA (Associação das Escolas de Bombeiros da Europa), tendo-nos cabido este ano a responsabilidade de organizar a sua Assembleia Geral e a respectiva conferência, sob o tema da formação do voluntariado, na Europa, bem como igualmente somos membros da NFPA (National Fire Protection Association) dos EUA.

Em termos nacionais, as nossas relações com as Faculdades de Psicologia de Lisboa e Porto, a Escola Superior Agrária de Coimbra, o ISEC (Lisboa), o ISCIA (Aveiro), a UTAD (Vila Real), I.P Tomar, etc, algumas das quais com quem desenvolvemos várias Pós-graduações, assegurando nós as componentes práticas e técnicas da formação.

Uma outra área desenvolvida é a da formação para os serviços municipais de proteção civil, bem como para a formação dos coordenadores

municipais de proteção civil. São duas áreas de grande importância a desenvolver, particularmente numa fase em que cada vez mais, o poder local é chamado a realmente implementar o que está legislado, e daí a importância dos recursos humanos na área.

Esta actividade também se encontra protocolada com a DGAL, Direção Geral das Autarquias Locais e com o Centro de Estudos de Formação Autárquica (CEFA).

A cooperação com os países da CPLP é outra dimensão das nossas actividades e podemos afirmar que todos eles têm beneficiado da formação por nós ministrada, quer vindo cá receber a mesma (no mês de Maio tivemos uma equipa de bombeiros brasileiros de S.Paulo, por exemplo), quer enviando formadores.

O maior projecto de cooperação desenvolvido, durou dois anos, e foi a criação do Corpo de

bombeiros da Hidro-electrica de Cahora Bassa, em Moçambique.

Como conclusão, poderemos afirmar que a ENB constitui o principal elemento formador dos agentes de proteção civil portugueses, assumindo um carácter de transversalidade, que com o uso das tecnologias aplicadas no processo formativo, pode fortalecer os níveis de coesão e qualificação dos mesmos.

Todos os agentes de proteção civil assumem missões de interesse público na defesa da segurança e interesses das populações e seus haveres e a ENB, entidade que assegura a formação do maior agente- os bombeiros- continuará a contribuir para a uma visão integrada, que é característica dos sistemas de proteção civil.

Local da formação	2015-2017		
	Número de ações realizadas	Número de formandos	Volume de formação
Corpos de bombeiros	2592	31065	593236
Unidades Locais de Formação	1096	13776	958956
Centro de formação de Sintra	239	3395	203092
Centro de formação de Lousã	180	2325	103287
Centro de formação de São João da Madeira	71	1021	46504
Total	4178	51582	1905075

QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O PAPEL DA GEOECONOMIA

Mário Pontes, *Partner da MGI(Portugal), CDN 2010*

Todos os dias se fala de Globalização e não restam dúvidas que vivemos num Mundo Global. Mesmo os mais críticos de alguns aspectos negativos, não dispensam, nem o podem fazer, a utilização do automóvel, da televisão, da internet e sobretudo do telemóvel no seu dia a dia (Balão, 2014, p. 28).

Neste momento, a tecnologia de impressão 3D ou o uso de drones estão ao alcance de qualquer cidadão com um mínimo de poder de compra. As moedas virtuais ou criptomoedas representam a quebra da última barreira nesta matéria: “*A moeda bancária ou invisível, ainda moeda centralizada e regulada por um operador público, está a ser posta em causa pelo aparecimento de cripto-moedas ou seja moedas em tudo semelhantes mas que são descentralizadas, isto é, o seu controlo não depende de uma autoridade única*” (Pontes, 2018, p. 208).

Começamos com a máquina a vapor e o tear mecânico, passámos ao motor eléctrico, introduzimos o transístor e a electrónica e estamos no limiar do mundo ciberfísico. Nas próximas gerações estaremos a conviver diariamente, e sem nos apercebermos, com nanotecnologias, neurotecnologias, robôs, biotecnologias e veículos autónomos, entre outros. Trata-se da quarta Revolução Industrial, da quarta onda de Globalização ou seja do mundo 4.0. Baseia-se no que se chama a Internet das Coisas (IoT – Internet of Things) e vai chegar mais cedo ou mais tarde, a todo o Mundo, a todos os Países, ou seja, a todos os Cidadãos. O mundo 4.0 pode elevar a qualidade de vida das populações e os níveis de rendimento, mas esta transformação vai beneficiar mais quem melhor e mais rapidamente se adaptar e inovar. A IoT é impulsionada pela conectividade e instrumentação abrangentes do mundo ao nosso redor. Ao ligar o mundo físico ao mundo digital

aumentamos a visibilidade dos nossos ambientes. Este processo ajuda as organizações a tomar decisões melhores e mais rápidas, a automatizar processos e métodos de previsão, mas também quebra a maior parte das barreiras de defesa que possuíamos nas fases anteriores. A sua implementação requer uma estratégia sólida, com um equilíbrio entre inovação, oportunidade e risco, sob pena de sermos ‘devorados’ no processo.

Por outro lado, a fronteira entre organizações públicas e privadas no que à Estratégia e Desempenho funcional diz respeito tem vindo a esbater-se e assim vai continuar a acontecer.

O que se passou em alguns países da Europa do Sul, em especial Portugal e Grécia, na sequência da crise do *subprime*, demonstrou que um mundo global tem oportunidades globais mas também riscos globais e que os tradicionais conceitos de Soberania, Poder, Defesa e Segurança entre outros, estão hoje mais dependentes de estratégias sustentáveis do que de normas do Direito Internacional ou Interno dos países.

Como exemplo e citando: “*Este olhar sobre as causas e consequências é feito numa óptica geo-económica, de análise realista e “fora da caixa”, procurando apontar riscos e aspectos omissos nas análises e opiniões apresentadas que, aliás, nunca esclareceram completamente a questão essencial, (...) forçando a uma declaração de falência técnica e ao pedido de ajuda [e que] o Estado Português tenha aceite em nome dos cidadãos e sem a sua autorização expressa, um plano de austeridade cujos efeitos negativos (...) continuarão por muitos anos, e que, no limite, condiciona o Poder do Estado e a sua Soberania*” (Pontes, 2017, p. 251).

Uma análise simples de Risco/Oportunidade Geo-económico@, permite antever como principais desafios a qualquer organização que pretenda sobreviver a esta fase:

- Desenvolvimento de estratégia e de posicionamento 'inteligentes' melhorando a experiência e a fidelização do 'cliente'.
- Aumentar a eficiência na utilização dos seus activos, reduzindo custos.
- Criar novas oportunidades de receita, aumentando a eficácia e por essa via a rentabilidade e a produtividade.
- Utilizar as novas ferramentas disponíveis para utilizar novas oportunidades de negócios e processos de tomadas de decisão.
- Obter melhores resultados através de convergências operacionais entre pessoas, processos e tecnologia.

No caso particular da Segurança e Defesa, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, definiu uma “*reforma estrutural, designada «Defesa 2020», (que) implementa um modelo que responde ao «desafio da mudança» definido no Programa do Governo. Visa obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto, médio e longo prazo*”.

O caso do assalto aos paióis de Tancos é um exemplo dos riscos e oportunidades. Tendo em vista racionalizar e reduzir custos operacionais a vigilância deixou de ser física, com sentinelas permanentes para um sistema de vigia rotativo, feita por patrulhas que carregavam armas sem munições para evitar acidentes, sem reforço tecnológico de ponta, agravado com problemas físicos diagnosticados nas vedações, as torres de vigia estavam desactivadas e os militares não

estavam operacionalmente preparados para actuar em cenário real de flagrante delito. (DN, 2017).

Do ponto de vista da Estratégia Nacional restam poucas dúvidas, neste caso, sobre a validade dos riscos atrás expressos e a má implementação da “Defesa 2020” enquanto reforma estrutural.

Em primeiro lugar, os ganhos de eficiência e economias de escala não podem ser obtidos com perda de segurança.

Em segundo lugar, o custo actual de alguns recursos tecnológicos disponíveis, como seja a vigilância por vídeo de alta definição, os sistemas de alarme por movimento, o uso de drones, entre outros, permitiria cumprir o objectivo de redução de custos sem perda de eficácia e, simultaneamente, compensar a falta de efectivos humanos. A decisão de regressar às normas de segurança dos anos 80 do século passado dificilmente se enquadra no objectivo declarado de utilizar os vectores de inovação no curto, médio e longo prazo, o que nos remete para a questão de partida desta reflexão: quem não acompanha a conjuntura é ‘engolido’ no processo. A situação actual põe em causa o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que pressupõe uma estratégia cuja credibilidade seja reconhecida e capaz de mobilizar todos os Portugueses, bem como a aplicação do princípio de que para a realização dos objetivos da Segurança e da Defesa Nacionais concorrem todas as instâncias do Estado e da sociedade.

Os Auditores de Defesa Nacional certamente diriam “**presente**” a este tipo de mobilização.

Bibliografia

Balão, S. M. (2014). *A Matriz do Poder* (2ª ed.). Lisboa: MGI.

Pontes, M. R., 2018. “Moedas Virtuais: Funções, Riscos e Oportunidades”. Em: *Estado, Ordem Internacional e Novas Ameaças*. Lisboa: MGI.

Pontes, M. R., 2017. “Goeconomia e Escolha Pública”. Em: *O Fim da Segurança*. Lisboa: MGI.

DN (2017). <https://www.dn.pt/portugal/interior/militares-de-sentinela-nos-paiois-levavam-armas-sem-balas-8611665.html>. [Online] [Acedido em 10 08 2018].

https://www.defesa.pt/documents/20130405_cm_cedn.pdf. [Online] [Acedido em 10 08 2018].

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-search/260395/details/normal?q=resolu%C3%A7%C3%A3o+conselho+ministros+26%2F2013> [Online] [Acedido em 10 08 2018].

A JANELA PROSPETIVA (I)

Marco Silva, *Jornalista*

Demografia e tecnologia

A digitalização, automação, impressão 3D e inteligência artificial são já hoje um admirável mundo novo, o seu amadurecimento será fulminante para o status quo vigente e a génese de uma desrupção nunca vivida pela humanidade. A ruptura dar-se-á aquando da implementação dos *quantum computers*, com uma capacidade computacional milhões de vezes superior à existente, capazes de executar em simultâneo o mesmo número de operações do que átomos existentes no Universo, isto para “começar”. Será este poder computacional que

permitirá à inteligência artificial ultrapassar a capacidade do cérebro humano, eliminando assim a exclusividade da raça humana em vários sectores económicos. Esta nova realidade que não se discute seriamente na Europa e particularmente em Portugal, será o principal desafio da humanidade num cenário de envelhecimento e maior longevidade das populações. Como colocar as máquinas ao serviço da raça humana ao invés de serem adversários?

Brexit, uma ruptura indesejada

O Brexit aparece de um projecto de consolidação de poder falhado por parte de Cameron, ganha devido a outro projecto de consolidação de poder de alguns deputados de vários partidos, mas que não tinham intenção alguma de vencer, nem tão pouco sabiam como o implementar. Uma das mentiras principais utilizadas pelo “leave” foi a do roubo dos empregos por parte dos emigrantes, isto num país onde a taxa de desemprego atingiu mínimos

de 40 anos, situação idêntica aos EUA e à eleição de Trump. A inevitável “federalização” do mundo no longo prazo é contraditória com movimentos de ruptura como o Brexit, não quer isto dizer que a União Europeia esteja desprovida da necessidade de ser redesenhada para uma maior aproximação com os seus cidadãos. Se não o fizer corre o risco de se desmembrar.

Repensar a estratégia económica da U.E

Apesar de ser o maior exportador mundial a U.E tem um gravíssimo problema de desigualdade, com o maior excedente comercial do mundo por parte da Alemanha, alvo das mais variadas críticas internas, que contudo caem em saco roto dos responsáveis alemães, muito confortáveis com um nível de exportações similar ao dos EUA. Será tudo da reconhecida eficiência

germânica ou o campo está inclinado? A salvação da Europa está na melhoria das condições de vida dos seus cidadãos, isso só se consegue sem egoísmos nacionalistas e com muita estratégia, tendo em conta a nova ordem mundial que em breve terá a China como o maior centro de desenvolvimento do mundo.

A JANELA PROSPETIVA (II)

Nélia Câmara, *Partner da Mercer Portugal*

De que forma os desafios da demografia podem impactar as pensões?

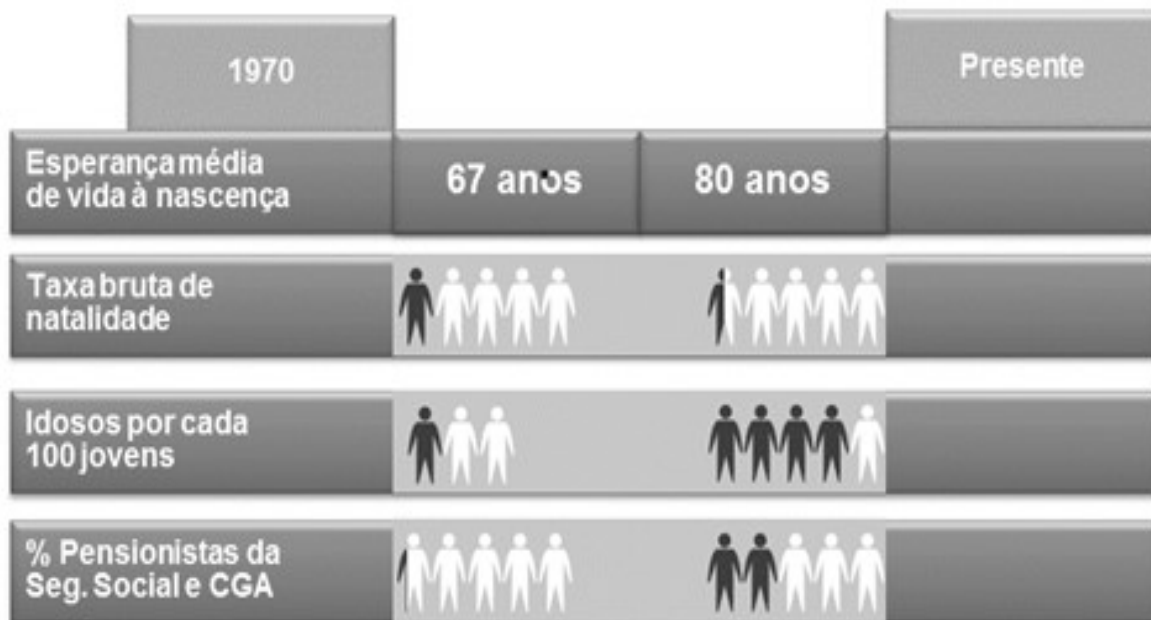
A esperança de vida aumentou significativamente nos últimos anos e prevê-se que continue a aumentar devido ao desenvolvimento da medicina e das condições económicas e financeiras.

Por outro lado, a taxa de natalidade diminuiu nos últimos anos contribuindo para uma população envelhecida e uma redução na população ativa. Como resultado, o período no qual se fazem contribuições para a Segurança Social é bastante inferior atualmente. Estas características do final

de século serão uma herança para as gerações que se seguem.

Por exemplo, em 2060 espera-se um rácio de 3 pensionistas por cada colaborador no ativo colocando grande pressão nos sistemas de segurança social.

Com efeito, as projeções da OCDE e da Comissão Europeia mostram que o crescimento do emprego e da produtividade não serão suficientes para compensar os impactos negativos do envelhecimento da população.



E as pessoas e empresas estão preparadas para estes desafios?

Claramente que não. Por exemplo, de acordo com um estudo elaborado pela Mercer concluímos que em Portugal:

- cerca de 40% das pessoas entrevistadas esperam ter uma pensão estatal superior a 75% do salário final
- 40% gostariam de se reformar entre os 56 e 60 anos
- 80% acham que a data de reforma deve ser antecipada com 40 anos de carreira

Os portugueses têm expectativas de vir a receber valores de pensões da Segurança Social que se desviam claramente do que os dados atuais indicam e, ainda mais, do que são as expectativas de evolução futura das pensões estatais. A este facto acresce a intenção de uma reforma anterior à idade normal de reforma que traria, obviamente, uma redução dos valores das pensões.

Estas conclusões provam que, na grande maioria, as pessoas não têm consciência dos

desafios que se avizinham. Aliás, de acordo com o próprio estudo 90% admitem que estão mal informados sobre como é calculada a pensão e cerca de 60% dizem desconhecer eventuais problemas da sustentabilidade da Segurança Social.

No que se refere às empresas, existe conhecimento de quais os desafios e as implicações demográficas nas organizações no que se refere à força de trabalho (nomeadamente no setor das pensões) mas poucas são as empresas que começaram já a atuar para minimizar estes riscos.

De acordo com um estudo desenvolvido pela Mercer globalmente, mais de 40% das empresas ainda não fizeram nada no que concerne ao facto de a força de trabalho estar a envelhecer e a ficar cada vez mais reduzida e apenas cerca de 10% tem já uma política implementada sobre estes temas. Pode ser que a revolução digital possa ajudar a acelerar mas é importante dar mais atenção a esta temática e atuar desde já.

ENVELHECIMENTO ACTIVO

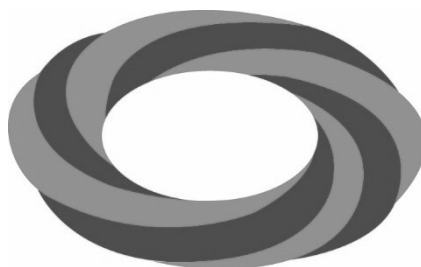


Como fazer face às preocupações distintas das empresas e colaboradores?

No que se refere aos cidadãos é necessário que exista mais informação e educação sobre estes temas para que as pessoas possam garantir um futuro seguro através do planeamento da sua carreira (que provavelmente será mais longa) e da gestão do seu património nomeadamente nas poupanças para a reforma. Na figura seguinte apresentamos cinco dimensões que devem ser analisadas no planeamento do envelhecimento ativo:

No que se refere às empresas, é importante que exista uma estratégia clara de preparação para uma força de trabalho com diferentes exigências e expetativas. Da mesma forma que existe um esforço para incorporar novas tecnologias e suportes digitais a pensar nas novas gerações é importante definir uma estratégia clara para as pessoas mais seniores. Destaco 3 ações simples e cruciais que as empresas deverão equacionar:

- Avaliar o impacto do envelhecimento na população da empresa, com especial enfoque em funções críticas de negócio
- Desenhar e implementar padrões de trabalho mais flexíveis para diferentes grupos populacionais e promover a inclusão de diferentes grupos geracionais
- Avaliar e monitorizar o nível de benefícios espectável (1º pilar - Segurança Social e 2º pilar – plano de pensões, se existente). Caso a empresa conclua que são necessários ajustes para fazer face aos atuais desafios demográficos então deverão ser tomadas medidas corretivas antecipadamente, sempre com uma tónica muito acentuada na componente da comunicação, que deve ser clara e ajustada à população alvo.



OPINIÃO/ ENTREVISTA

Pedro Matos, *Professor Universitário*

O atual posicionamento estratégico de Barak Obama

Tendo assistido à Conferência do ex-Presidente norte americano Barak Obama decorrida no Porto, quais as mensagens principais que retira do evento?

No dia 6 de Julho, tive a felicidade como board member do The American Club of Lisbon, em assistir no Coliseu do Porto à entrevista de Barak Obama e nesse âmbito pediram-me para partilhar um pouco a visão do papel atual do ex-presidente dos EUA.

Expresso apenas a minha visão e para tal, não poderei deixar de falar deste tema, sem abordar o discurso feito no “Climate Change Leadership” em Portugal, mas sobretudo o brilhante e descrito pela imprensa como o seu mais importante discurso desde que deixou o cargo, perante 15 mil pessoas, na comemoração dos 100 anos de Nelson Mandela em Joanesburgo a 17 de Julho último e que posiciona o ex-presidente como estratega atento das principais conjunturas e tendências atuais.

Normalmente o papel de um ex-presidente é remeter-se ao silêncio e reservar para o seu leque de amigos, as opiniões sobre as tomadas de decisão dos seus sucessores. Assim fez Obama (durante um ano), tal como George W Bush tinha feito em relação a Obama.

Em sua opinião, de que forma tem Barak Obama desenhado o seu papel a nível global, uma vez que é tradição o presidente cessante optar por uma elegante descrição, num segundo plano, em termos de agenda política?

Em Joanesburgo, convidado por Graça Machel, viúva de Samora Machel e de Nelson Mandela, no que foi descrito como o discurso mais

importante desde que deixou o cargo, Obama usou a palestra anual de Nelson Mandela diante de uma multidão extasiada de 15 mil convidados, para alertar que as políticas de medo, ressentimento e retração estão em movimento a um ritmo inimaginável há apenas alguns anos. Nunca mencionando o nome de Trump, Obama falou da perda de vergonha entre líderes políticos, quando são apanhados numa mentira e apenas a difundem com mais impacto, mentindo. Hoje em dia, as pessoas simplesmente inventam coisas na política e não demonstram nenhum arrependimento quando são apanhadas. Naquela que foi a primeira visita a África desde que deixou o cargo em 2017, aproveitou para advertir que a negação de fatos e a ascensão de homens fortes no mundo poderiam ser o fim da democracia (atenção que a expressão “homem forte” em política, refere-se a um líder político que governa pela força ou medo ou que nega a realidade objetiva).

Exemplificou, dizendo que não sabia como lidar com políticos que, diante de uma opinião científica esmagadora, descreviam a mudança climática como uma farsa elaborada.

O mundo parece estar a regressar a uma forma mais perigosa e brutal de fazer negócios, onde muitos procuraram abanar as instituições em que a democracia se baseia. Insistindo que não é alarmista, apenas afirmando fatos, mostra como as pessoas podem ser facilmente convencidas a ligarem aos que parecem atuar e pensar de forma diferente, chamando a atenção de que os países que se baseavam no nacionalismo e na xenofobia, acabaram em guerra civil ou envolvidos numa guerra além-fronteiras.

Com palavras duras para a nova elite global que está cada vez mais afastada da realidade dos seus países, fixando-se na globalização, insegurança e crescente desigualdade, reforçando que a injustiça e a exploração nunca deixaram de existir. Uma explosão na desigualdade permaneceu sem solução onde algumas dezenas de pessoas controlam a mesma quantidade de riqueza que a metade mais pobre da humanidade.

Embora criticasse as práticas comerciais chinesas, disse que a ordem na migração era necessária, tinha previsto que a maior ameaça à segurança no emprego, um dos temas centrais de Trump, não veio do comércio injusto, mas da tecnologia, incluindo a inteligência artificial.

Advertindo que o mundo está numa encruzilhada, insistiu que a democracia e a cooperação têm papéis melhores para ser contados, em que a luta pela justiça básica nunca estará realmente concluída. Admitiu estar surpreso de que, após um período de progresso,

a recente tendência significou que o princípio de que estamos unidos por uma humanidade comum teve que ser reafirmado. Atacou repetidamente a política de divisão e invocou o multiculturalismo do time de futebol francês vencedor do Campeonato do Mundo. “Nem todas essas pessoas parecem gaulesas para mim. Mas eles são franceses!”

Em síntese, como podemos articular os legados de ambos os presidentes?

Concluindo, o atual posicionamento de Obama é ao lado de Mandela por oposição a outros, cuja administração reverteu muitas das conquistas de Obama. Os EUA retiraram-se do acordo climático de Paris de 2015 e do acordo nuclear com o Irão e tentaram acabar com o Affordable Care Act, conhecido como Obamacare. Em vez de comentar sobre política, o discurso do ex-presidente baseou-se em temas mais amplos e na sua admiração por Mandela, que considerou um mentor, cujo exemplo de vida o inspirou muito

No Porto, sobre as Mudanças Climáticas, três notas importantes do 44.º Presidente dos EUA:

1. Defendeu que o **Acordo de Paris ainda pode unir os países contra as alterações climáticas** e resolver este problema que transcende fronteiras, tendo sido uma das prioridades dos seus mandatos, entre 2009 e 2017. Trump ter tido uma posição diferente da quanto às alterações climáticas, acreditando Obama que, no futuro, os EUA vão voltar a alinhar com a ciência e que outros esforços foram surgindo na economia, onde as empresas foram percebendo as vantagens de investir em energia limpa. Recorde-se que após a assinatura do Acordo de Paris (dez 2015), Obama tinha defendido que seria o melhor sinal para salvar o planeta e que comprovava o empenho em baixo carbono e potencial para novos investimentos e inovação em energia limpa.

2. Elogiou a **juventude** de hoje, onde deposita muita esperança pois é mais sofisticada e consciente das tendências mundiais como as alterações climáticas, e referiu que a única forma de as coisas mudarem é concordarmos que é preciso mudança. Partilhou que, se queremos motivar os jovens a darem o seu melhor, é necessário sentirem que estão a ajudar a transformar o mundo para um melhor lugar para vivermos todos.

3. Para que a **democracia funcione**, temos que acreditar nos mesmos factos, embora com interpretações diferentes. Mencionou que a internet tornou isto pior. É muito fácil escolher uma pessoa e dar-lhe informação falsa. A solução passa por os *media* continuarem a garantir o papel de protetores da democracia e encontrar meios para apoiar o jornalismo sério.

BIOGRAFIAS DOS AUTORES

António Almeida Tomé, Cor.Pil-Av, Docente Universitário. Tem o doutoramento em Relações Internacionais dedicado ao Poder Aeroespacial e mestrados nas áreas da Estratégia e Relações Internacionais. Coronel Piloto Aviador da Força Aérea Portuguesa FAP, com Curso Superior para promoção a Oficial General. (Ref.: 1991). Condecorado: Medalha Cruz de Guerra de 1ª Classe, por ações em Campanha. Condecorado por Serviços Distintos, Extraordinários e Relevantes prestados ao País (Portugal). CDN/1990.

Nuno Lemos Pires, Coronel Tirocinado de Infantaria/Operações Especiais, Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais pelo ISCTE-IUL, é Professor na Academia Militar e investigador do CEI do ISCTE-IUL.

Exerceu funções de comando, estado-maior e ensino em unidades e estabelecimentos das Forças Armadas. Esteve mais de 5 anos em serviço na NATO e participou em diversas missões internacionais, entre as quais se destacam: Moçambique, Angola, Paquistão e Afeganistão.

Tem 9 livros publicados e é autor de mais de 100 capítulos ou artigos.

João Ferreira Pinto, Advogado e Docente Universitário convidado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e na Universidade Europeia. Tem ainda o grau de Mestre em Segurança da Informação e Direito do Ciberespaço pelo Instituto Superior Técnico. Membro e Co-Chair do Lisbon Chapter da K-Net da IAPP – International Association of Privacy Professionals. Tem publicado vários artigos de especialidade.

André Bandeira, Diplomata. Licenciado em Direito e Doutoramento em Ciência Política. Autor de artigos em várias publicações. Colaborador em publicações nacionais e estrangeiras. CDN/2002.

Mariana Abrantes de Sousa, Vice-Presidente não executivo da TESE (Associação para o Desenvolvimento, Portugal) e docente universitária na Nova School of Business and Economics, Executive Education. Foi CEO. Membro da SOFID. Consultora financeira internacional para as áreas do desenvolvimento de infraestruturas e desenvolvimento em vários países na Europa, África e América Latina. Graduada pela Universidade de Berkeley e pela Universidade de Princeton. Membro da Ordem dos Economistas e do Instituto de Corporate Governance.

Voluntária na Comissão Fullbright Portuguesa, na Fundação Sousa Mendes e participa num Projeto de Mentoria destinado a jovens mulheres com a organização Soroptimist Internacional.

José Ferreira, Presidente da Escola Nacional de Bombeiros. Licenciado em Filosofia. Vasta experiência na Administração Local e Regional. Experiência Associativa em variadas organizações de prestígio no âmbito local, regional e nacional. Vasta experiência também no setor do Turismo. CDN/2014.

Mário Rodrigues Pontes, Licenciado e Mestre em Gestão. Partner da MGI (Portugal). Membro da Ordem dos Economistas e da Ordem dos Contabilistas Certificados. Investigador do CAPP (CAPP-PAPP-ISCSP-ULisboa) e da NRF-UArctic TNGS.

Presidente da APCIE – Associação Portuguesa de Estudos da Conjuntura e Estratégia. Auditor de Defesa Nacional - CDN/2010 e Salzburg Seminar Fellow.

Marco Silva, Especialista em Mercados Financeiros, desenvolve a sua atividade no âmbito da Consultoria Estratégica e Investimentos. Na área da Informação, tem sido comentador para os mercados financeiros da RTP, TVI 24 e Económico TV. É licenciado pelo Instituto Superior Técnico e estudou no Colégio Militar.

Nélia Rodrigues da Câmara, Partner e Gerente da Mercer Portugal. Começou a iniciativa Women@Mercer em Portugal. Fundadora da Professional Women Network (PWN Lisbon). Membro da Direção do Instituto de Actuários de Portugal. Licenciada em Matemática Aplicada (Ramos Investigação Operacional) pela Universidade Nova de Lisboa. Mestrado em Actuariado e Gestão de Riscos Financeiros pelo Instituto Superior de Economia e Gestão. Adicionalmente tem um MBA em Recursos Humanos e Gestão de Negócios pela Universidade Autónoma. Pós-graduação em Neuromarketing.

Pedro Matos, Docente Universitário na Universidade Europeia. Tem o doutoramento em Economia Internacional e Desenvolvimento e o mestrado em Liderança e Comportamento Organizacional. Consultor e mentor, leciona nos mestrados executivos nas áreas da Liderança, Estratégia Empresarial e Desenvolvimento de Carreira.



ASSOCIAÇÃO DE AUDITORES
DOS CURSOS DE DEFESA NACIONAL

Rua Soeiro Pereira Gomes, 7 (Edif. América) – 2º. Andar – Sala 31
1600-196 Lisboa | Telefone: 212 418 721

E-mail: geral@aacdn.pt